



Índice

- 01** Oficinas abordam tarifa social e uso eficiente da energia elétrica para quilombolas
- 02** Segunda etapa da expedição anaconda acontece entre 26/01 e 06/02
- 03** Companhia de Polícia Rodoviária Ambiental do Tocantins notifica desmatamento e carvoaria irregular no entorno da T.I. Apinajé
- 04** União recorre contra obrigação de demarcar terras para índios em MS [e a Constituição? vai pro lixo?]
- 05** RO – MPF verifica situação de saúde das aldeias indígenas e comunidade ribeirinha no Pakaas
- 06** Clima de terrorismo impede demarcação de terras indígenas. Entrevista especial com Marco Antônio Delfino de Almeida
- 07** Herói da Pátria Brasileira, Sepé Tiaraju é homenageado em sua Semana
- 08** Desativada suposta pista clandestina em comunidade quilombola do AP
- 09** Quilombolas de Rondônia reivindicam terra ocupada pelo Exército
- 10** Funasa investirá R\$ 10 milhões em obras de abastecimento no Piauí
- 11** Programa de Habitação Rural contemplará mais de 300 famílias
- 12** “Não vamos admitir que a tragédia da Suiá Missú se repita” diz Baiano Filho
- 13** Lanchas levarão mutirões de documentação a mais de 9 mil mulheres rurais



- 14 São Sepé Tiaraju: O Guarani da "Terra sem Males"
- 15 Lideranças Kaingang exigem demarcação de territórios indígenas no RS
- 16 Boletim Mundo: Kaingang manifestam-se contra criação do Insi durante encontro de lideranças no RS
- 17 Xavantes lutam para recuperar terra após saída de não-índios
- 18 A brutalidade dos coronéis e as histórias dos Tupinambá
- 19 Indígenas Tupinambá iniciam transmissão de rádio
- 20 União e Funai recorrem contra obrigação de demarcar terras indígenas
- 21 Projeto inovador é elaborado para sediar os Jogos Mundiais Indígenas
- 22 Produtores rurais não querem receber aluguel por áreas invadidas no Mato Grosso do Sul
- 23 Em Brasília, Azambuja tenta destravar negociação de área ocupada por indígenas
- 24 Índios ameaçam enfermeiros no interior de RR por falta de remédios
- 25 Justiça autoriza andamento das obras da Hidrelétrica São Manoel
- 26 Governador se reúne em Brasília com Cardozo e busca acordo para indenizar produtores
- 27 Defesa Civil Estadual apóia famílias ribeirinhas em Porto Velho
- 28 Munduruku abrem o ano de luta em Brasília
- 29 Geraldo Resende viabiliza patrulha mecanizada para Reserva Indígena
- 30 Tupinambá - O Retorno da Terra



Oficinas abordam tarifa social e uso eficiente da energia elétrica para quilombolas
SÍTIO SEPPIR, 27.01.2015

Resultado de parceria entre a SEPPIR e o MME, as atividades tiveram o objetivo de informar sobre o direito de aderir à tarifa social da energia elétrica, além de capacitar quanto ao uso mais eficiente, econômico e seguro da eletricidade

No último ano, 11 Estados brasileiros receberam as "Oficinas sobre Tarifa Social e Uso Racional e Eficiente da Energia Elétrica para Quilombolas". Resultado de uma parceria entre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Ministério de Minas e Energia (MME), as atividades tiveram o objetivo de informar integrantes de quilombos sobre o direito de aderir à tarifa social da energia elétrica, com capacitações quanto ao uso mais eficiente, econômico e seguro da eletricidade.

Além da redução no consumo de energia, as ações resultaram em 19 projetos com geração de renda. Entre eles, trabalhos voltados à produção de polpa de frutas, artesanato, itens agrícolas, criação e abate de aves e peixes.

De acordo com o gerente de projetos da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais da SEPPIR, Ronaldo Oliveira, para 2015 está prevista a contratação de mais duas consultorias. "Uma tem o objetivo de qualificação e implementação dos referidos projetos de desenvolvimento produtivo; a outra tem como finalidade dar sequência às capacitações da tarifa social, com inclusão das pautas ciganas e comunidades de Matriz Africana", afirma.

O gerente acrescenta, ainda, que haverá a elaboração de um Vídeo Institucional sobre as ações do Programa Luz para Todos (LPT) em quilombos.

As parcerias entre SEPPIR e MME são desenvolvidas no âmbito do Programa Brasil Quilombola, que reúne um conjunto de ações governamentais para garantir o acesso dessa população às políticas e aos serviços públicos.

Tarifa social

Criada pela lei nº 12.212/10, a Tarifa Social de Energia Elétrica concede subsídio às famílias de baixa renda, por meio de descontos na conta. Podem ser beneficiados inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e/ou programa de prestação continuada da assistência social, incluindo indígenas e quilombolas.

Luz para Todos

A partir do desafio de acabar com a exclusão elétrica no país, o Programa foi lançado em

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 17/ 2015

Brasília, 29 de janeiro de 2015.

novembro de 2003. Sob a responsabilidade do MME, as ações voltadas aos quilombos são dirigidas pela Coordenação para Atendimento a Comunidades Indígenas e Quilombolas do Programa Luz Para Todos, do Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia, da Secretaria de Energia Elétrica do Ministério.

A área é relativamente recente e passou a se dedicar com mais afinco à eletrificação nas comunidades a partir de 2011, com o Decreto nº 7.520/2011, que instituiu nova fase das medidas.

Mais informações podem ser obtidas com a coordenadora Maria Eustáquia da Silva, pelo e-mail maria.eustaquia@mme.gov.br; ou telefone (61) 2032-5826.

Coordenação de Comunicação da SEPPIR.

Segunda etapa da expedição anaconda acontece entre 26/01 e 06/02
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.01.2015



FOIRN – Comunicação

Com a participação de diversos conhecedores indígenas dos povos Desana, Pira-Tapuia, Tukano, Tuyuka, Bará e Barasana, que vivem nos lados brasileiro e colombiano da bacia do rio Uaupés e Apapóris, a expedição tem por objetivo realizar a identificação e registro dos lugares sagrados de trecho do rio Negro e do curso baixo do rio Uaupés. Estes lugares tem uma grande importância para os povos indígenas que vivem nessa região de fronteira entre Brasil e Colômbia e o trecho a ser percorrido faz parte da rota de origem dos grupos da família linguística tukano oriental.

A expedição partiu de São Gabriel da Cachoeira e vai subir pelo rio Negro e rio Uaupés até chegar à cachoeira de Ipanoré, onde os primeiros ancestrais dos diversos povos apareceram neste mundo transformados em seres humanos verdadeiros, depois de uma longa viagem pelos cursos dos rios Amazonas, rio Negro e Uaupés no bojo de uma cobra-canoa. Para registrar os lugares sagrados, os conhecimentos e as histórias narradas pelos conhecedores participantes, uma equipe de filmagem do Vídeo nas Aldeias está acompanhando a expedição.

A atividade faz parte do projeto Mapeo, desenvolvido no âmbito de uma parceria entre a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro-FOIRN, o Instituto Socioambiental-ISA e

CONT.



o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. E recentemente o projeto recebeu também o apoio da FUNAI, através da Coordenação Regional Rio Negro.

Vale lembrar ainda que o Mapeo vem sendo articulado já há vários anos com iniciativas similares desenvolvidas do lado colombiano pelas associações indígenas, instituições governamentais e não-governamentais, com o intuito de estabelecer acordos bilaterais e estratégias conjuntas para a salvaguarda do patrimônio cultural e ambiental do Noroeste Amazônico.

A primeira etapa da expedição anaconda ocorreu no início de 2013 e percorreu o trecho do rio Negro entre Manaus e São Gabriel da Cachoeira registrando 23 sítios sagrados.

Companhia de Polícia Rodoviária Ambiental do Tocantins notifica desmatamento e carvoaria irregular no entorno da T.I. Apinajé
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.01.2015



Associação União das Aldeias Apinajé – PEMPXÀ

Na manhã do dia 27/01/2015, Agentes da CIPRA-Companhia de Polícia Rodoviária Ambiental do Estado do Tocantins e servidores da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, realizaram diligências e fiscalização em regiões limítrofes à terra Apinajé, na BR 230, no município de Tocantinópolis-TO e na localidade Veredão, no município de São Bento do Tocantins.

Durante as ações a equipe flagrou trabalhadores com moto serras cortando diversos tipos de madeiras em área de cerrado desmatada localizada no loteamento Gleba Matão I, no município de Tocantinópolis-TO. O gerente da empresa apresentou a Autorização de Exploração Florestal – AEF – 105, nº 2239 – 2010, emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins-NATURATINS em 07/01/2013 em favor da empresa T.S. Lima Empreendimento, com vencimento no dia 07/01/2015. Na referida licença não constam as coordenadas geográficas do local.

As licenças emitidas pelo NATURATINS autorizam o corte de diversas espécies como Angelim-do-cerrado, Maçaranduba, Sapucainha, Amescla, Bacuri, Cajuí, Candeia, Fava-de-bolota, Gonçalves-Alves, Ipê-Rosa, Ipê-Roxo, Jenipapo, Louro, Pequi, Sucupira-preta, Moreira e outras árvores nativas do cerrado que estão sendo suprimidas para plantio de eucaliptos. Todas as madeiras exploradas estão sendo destinadas a uma carvoaria instalada no local.

CONT.



A empresa T.S. Lima Empreendimento foi notificada pelos agentes da CIPRA-Companhia de Polícia Rodoviária Ambiental, e as cinco (05) moto-serras encontradas no local foram apreendidas para fins de averiguação da documentação que não se encontrava com os trabalhadores. Os agentes da Polícia Ambiental convocaram o gerente responsável pelo empreendimento para apresentar documentos das moto serras no prazo de três (03) dias úteis. No local também foram encontrados dois (02) tratores com carretas utilizadas no transporte das toras.

Questionamos os métodos duvidosos e a falta de transparência do NATURATINS no ato de liberar essas licenças ambientais e exigimos que sejam realizadas vistorias na região da citada Gleba Matão I localizada na região da BR 230 divisa Sudoeste da Terra Apinajé, com a finalidade de verificar a licitude das atividades de retirada de madeiras e carvoarias. Ressaltamos que essa mesma carvoaria e o desmatamento já tinham sido embargados em 2013, de repente fomos surpreendidos com a retomada das atividades nesta área que faz parte de nossa Terra Tradicional reivindicada.

Terra Apinajé, 28 de janeiro de 2015.
Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ.

União recorre contra obrigação de demarcar terras para índios em MS [e a Constituição? vai pro lixo?]

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.01.2015

Decisão que deu prazo de 30 dias é da 2ª Vara Federal de Dourados. Medida pode provocar insegurança na disputa fundiária, diz Famasul.



G1 MS

A Advocacia-Geral da União (AGU) entrou com recurso contra a decisão da Justiça Federal que manda a União demarcar, no prazo de 30 dias, terras ocupadas por indígenas em Mato Grosso do Sul. O agravo de instrumento, de 21 de janeiro, está pendente de apreciação no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3).

Segundo a AGU, a União (Ministério da Justiça) não é parte no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) – e nem na ação de execução de obrigação de fazer –, não sendo possível determinar ao ministro da Justiça que promova o pagamento do arrendamento, além de se tratar de uma medida não prevista na ordem jurídico-constitucional vigente.

Em paralelo, de acordo com a AGU, a Fundação Nacional do Índio (Funai), representada pelo escritório de representação da Procuradoria-Geral Federal (PGF) de Dourados, a 214 quilômetros de Campo Grande, também recorreu no TRF3.

CONT.



A decisão foi proferida em 12 de dezembro de 2014 pela 2ª Vara Federal em Dourados. A disputa da área é antiga e se arrasta por vários anos. Em 2007, o Ministério Público Federal (MPF) havia firmado um TAC com a Funai que se comprometeu em demarcar as terras até 2009. Em 2010, a fundação enviou ao Ministério Público um novo cronograma de demarcação. Contudo, apenas um estudo antropológico foi publicado até então, o que motivou o MPF a cobrar, na Justiça, o cumprimento do TAC.

De acordo com o MPF, em caso de descumprimento, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, pode ser processado por crime de responsabilidade, além da União ter o orçamento bloqueado para garantir o pagamento aos produtores rurais.

Vulnerabilidade

Ainda conforme o Ministério Público, os indígenas vivem uma situação de vulnerabilidade. Por outro lado, os fazendeiros vivem uma sensação de insegurança jurídica, com a desvalorização das terras e dificuldade de empreender. Na assinatura do TAC, a Funai chegou a reconhecer a omissão quanto à demarcação de terras indígenas no estado.

Produtores

O advogado da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), Gustavo Passarelli, afirmou que, do ponto de vista jurídico, em sua análise, a decisão é inexecutável, ou seja, é algo impossível de executar.

“Como é que pode uma decisão da Justiça em um processo em que as partes são o MPF (Ministério Público Federal) e a Funai (Fundação Nacional do Índio) condenar quem não faz parte do processo, no caso a União, a fazer o arrendamento de terras de quem também não é parte da ação, que são os produtores rurais”, comenta o advogado.

Passarelli disse que, além da decisão ser questionável do ponto de vista jurídico por esse motivo, ela também pode provocar mais insegurança e intranquilidade nas disputas fundiárias entre produtores e indígenas no estado.

“O primeiro ponto de preocupação é que, na decisão, o juiz reconhece que as ocupações (feitas pelos indígenas) são irregulares. Se as ocupações são irregulares o instrumento jurídico para resolvê-las não é o arrendamento de terras sem consultar os produtores, mas sim, o cumprimento das decisões de reintegração de posse que já foram expedidas para a maior parte das cerca de 80 áreas ocupadas que temos no estado”, apontou.

O segundo aspecto da decisão judicial que pode gerar mais tensão nas disputas, conforme avaliação do advogado da Famasul, é que, na argumentação, o magistrado cita áreas não demarcadas, já ocupadas ou que podem vir a ser ocupadas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 17/ 2015

Brasília, 29 de janeiro de 2015.

“Não sabemos como isso pode ser interpretado pelas comunidades (indígenas). Ele podem entender como um estímulo a novas invasões, porque as áreas ocupadas vão ser arrendadas. Isso pode trazer mais insegurança jurídica e mais intranquilidade”, avaliou.

Em relação ao posicionamento da Famasul quanto a decisão, o advogado destacou que a primeira iniciativa será entrar com uma representação para que a instituição faça parte do processo, o que deve ocorrer ainda esta semana, e em um segundo momento, após esse ingresso, entrar com um recurso no TRF3.

Foto: Imagem símbolo da campanha pelos direitos indígenas na Constituinte.

Foto: Claudia Andujar.

RO – MPF verifica situação de saúde das aldeias indígenas e comunidade ribeirinha no Pakaas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.01.2015

Precárias condições sanitárias têm causado doenças aos indígenas que habitam as margens do rio Pakaas



MPF RO

As aldeias indígenas Capoeirinha, Tanajura, Santo André, Graças a Deus e Bom Futuro, todas às margens do rio Pakaas, em Guajará-Mirim, receberam a visita de representantes do Ministério Público Federal (MPF). A visita às aldeias faz parte do trabalho institucional do órgão para assegurar os direitos aos indígenas da região.

O procurador da República Daniel Dalberto e a antropóloga Rebeca Ferreira verificaram in loco as condições dessas comunidades. De acordo com o procurador, “o MPF adotará as medidas ao seu alcance para encaminhar soluções. O que mais preocupa é a precária situação sanitária e de saúde das aldeias, pois é comum os indígenas serem forçados a beber água do rio, sem tratamento, o que ocasiona uma série de doenças. Também, não há postos de saúde minimamente preparados para o atendimento básico”.

O MPF também visitou a reserva extrativista Barreiro das Antas, onde foi feita reunião com as famílias ribeirinhas a fim de buscar soluções viáveis às suas demandas históricas. Todas as visitas foram realizadas na última semana, entre os dias 19 a 22 de janeiro, e tiveram o apoio logístico e operacional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Polícia Federal.



Clima de terrorismo impede demarcação de terras indígenas. Entrevista especial com Marco Antônio Delfino de Almeida

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.01.2015

"A União tenta atender a todo mundo (produtores rurais e indígenas) ao mesmo tempo, mas não atende ninguém", sustenta o procurador

Por João Vitor Santos e Ricardo Machado – IHU On-Line

Ao defender as comunidades indígenas, o Ministério Público Federal não está apoiando um determinado grupo social em detrimento de outros, não se trata, como argumenta Marco Antônio Delfino de Almeida, simplesmente de defender uma causa, mas de garantir os direitos constitucionais. "É preciso que fique claro: o que o Ministério Público está defendendo é a Constituição Federal. A defesa das comunidades indígenas é igualmente um mandato expresso do Ministério Público Federal", defende o procurador em entrevista por telefone à IHU On-Line.

A pauta da demarcação de terras indígenas já é longa e há sete anos não avança em nada. "Desde 2008, há esse clima de terrorismo que impede que o processo de demarcação avance. O próprio governo federal recuou politicamente. Ele entende que politicamente não é uma briga que vale à pena de ser travada", descreve.

Frente a esta queda de braço, onde de um lado estão as forças políticas amparadas pelo setores mais conservadores do Congresso e de outro os indígenas e os movimentos sociais, o governo parece se furtar ao debate. "O que vejo, infelizmente, é que a União fica numa posição extremamente cômoda. Há um compromisso político, mas com um determinado segmento. E aí se usa o eufemismo de que a demarcação vai avançar com responsabilidade ou acordo e, ao mesmo tempo, se faz compromissos com as lideranças indígenas de que irá cumprir seu papel", aponta o procurador. "Ou seja, a União tenta atender a todo mundo (produtores rurais e indígenas) ao mesmo tempo, mas não atende ninguém. Enquanto não começar a atuar e sair dessa posição cômoda de imobilismo nada vai avançar", complementa.

Com base em uma falsa "questão de fundo", o Congresso empurra com a barriga a pauta indígena e mantém sua precária lógica de abordagem dos temas. "A grande questão é que o Congresso acaba entendendo o processo de demarcação sempre como o antagonismo de matéria e antimatéria. O processo de demarcação é sempre visto como um processo de destruição da produção", explica Marco Antônio.

"A reforma agrária, tal como a questão indígena, tem que ter uma adequada atuação. Tem que ter recursos que sejam carregados de forma adequada para que a reforma venha a funcionar. (...) A Reforma agrária também é um mandamento constitucional, ela tem que ocorrer. Não é questão de acreditar ou não. Tem que ocorrer", ressalta.

CONT.



Marco Antonio Delfino de Almeida é procurador do Ministério Público Federal do Mato Grosso do Sul, graduado em Ciências Jurídicas pelo Centro Universitário de Campo Grande – Unaes e mestre em Antropologia pela Universidade Federal da Grande Dourados. Confira a entrevista.

IHU On-Line – O Ministério Público no Mato Grosso do Sul – MPF/MS conseguiu determinação judicial para que a União demarque as terras indígenas e pague arrendamento aos fazendeiros que possuem áreas ocupadas por índios em toda a região centro-sul do estado. Qual o significado dessa ação?

Marco Antônio Delfino de Almeida - Nós procuramos demonstrar que há um impasse no processo de demarcação. Um impasse que, obviamente, não interessa a ninguém. E a juíza foi muito feliz em conseguir conciliar o direito constitucional a terra, obviamente garantido aos indígenas, e, ao mesmo tempo, o interesse econômico do proprietário rural. O que nós vemos, infelizmente, é que é um processo que não se iniciou agora, mas se acirrou muito depois da assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC. O que nós tínhamos antes da assinatura do TAC, que foi celebrado entre a Fundação Nacional do Índio – Funai e o Ministério Público Federal – MPF, em 2007, era um processo de “incêndios”. Uma determinada comunidade reivindicava uma área e a Funai constituía um grupo de trabalho e havia identificação dessa área. Logo em seguida, outra comunidade verificava que houve atendimento daquela e também pleiteava. Ou seja, era um processo a conta-gotas. Sendo que é de pleno conhecimento do governo federal que essa área é de ocupação indígena intensa, plenamente documentada e comprovada. Então, o colega Charles Pessoa (procurador de Justiça que antecedeu Marco Antônio Delfino de Almeida em Dourados, Mato Grosso do Sul) teve a iniciativa elogiosa de efetuar esse TAC, justamente para que, ao invés de se fazer esse processo de conta-gotas, fosse possível se concentrar e não privilegiar uma ou outra comunidade e sim todas ao mesmo tempo. Ou seja, não aquela que, de repente, tem uma influência ou poder político maior, mas todas aquelas comunidades indígenas ao mesmo tempo. E, também, se resolver a questão do ponto de vista de segurança jurídica. Essa era a intenção.

Só que, o momento que houve a assinatura também foi o momento em que houve o julgamento do caso de Raposa Serra do Sol. E lá houve aquela questão de marcação contínua, descontínua e foi um processo que mobilizou intensamente os movimentos rurais. E houve em Raposa Serra do Sol um caso em que quiseram transpor para cá e que, absolutamente, não existe. Diziam que o TAC abarcaria cidades, que cidades desapareceriam. Então, desde 2008, esse clima de terrorismo impede que o processo de demarcação avance. O próprio governo federal recuou politicamente. Ele entende que politicamente não é uma briga que vale à pena de ser travada. E, desde 2008, sustenta que há uma reação entre os produtores que impede a ação governamental. Porém, na verdade o que nós temos é uma questão política que o governo não tem interesse em superar.

O que temos é um cenário absolutamente de impasse e que só prejudica todo mundo. Temos várias decisões judiciais que asseguram aos indígenas permanência no território. Essa é uma permanência precária. Uma vez conseguida através de aparelhos públicos, é necessário que

CONT.



demandemos novas medidas judiciais para assegurar escola, para água, para produção, entre outras. Também são áreas pequenas, que para os indígenas representam uma pequena fração do território a que eles tem direito.

Ou seja, tem todos os empecilhos jurídicos para que seja plenamente utilizado. Por parte dos produtores rurais é um prejuízo econômico, por conta da retirada dessa área da parte produtiva. Para a União também é extremamente cômodo por que ela fala simplesmente: "não, essa área está em litígio". E assim, simplesmente, permanece silente. As mesas de negociação que ocorreram não avançaram. Nós não temos uma perspectiva, em médio prazo, de solução. O governo, de uma forma muito clara, tem ações contraditórias.

IHU On-Line – Houve um momento, em 2007, que governo e MPF sentaram numa mesa, houve negociação e daí surgiu o TAC. Mas, pelo que o senhor afirma, já no outro ano as determinações desse documento não valiam mais para o governo. É isso mesmo? E o MPF está tendo, agora, que intervir nesses mesmos pontos apenas para fazer com que o TAC seja cumprido?

Marco Antônio Delfino de Almeida - Sim, sim, é isso. São vários problemas. O TAC é um compromisso que normalmente o MPF celebra com particulares, eventualmente com órgãos públicos. Via de regra, é um instrumento que obviamente obriga aquele que assinou a cumprir. Agora, é extremamente complicado, num país que nós entendemos que as instituições venham a funcionar, que o órgão responsável realmente cumpra. O que o TAC diz é isso: "Funai, ao invés de se fazer esse processo à conta-gotas, a identificação de territórios, faça de uma forma concentrada, cumpra-se essa obrigação". Obrigação essa que a lei 6.001 estabeleceu, desde 1978, que, em cinco anos, todas as terras deveriam ser demarcadas. Aí, esses cinco anos foram parar lá na Constituição.

Ou seja, até 1993, todas as terras deveriam ter sido demarcadas. Não foram. Então, já é uma omissão grave do Estado brasileiro em não cumprir uma ação que a Constituição determina. Aí, você determina que o órgão que deveria já ter feito isso desde 78, e depois de 93, faça o que manda a lei. Então, dá prazo adicional para que ele cumpra. Ele – o governo federal – vai lá, com toda a pompa e circunstância, e assina um compromisso. E entende que, a partir do momento que é assinado pelo presidente da Funai, que está submetido ao Ministério da Justiça, que tem autorização do Ministério, tenha que cumprir. Eu não quero crer que o presidente da Funai assinou um TAC sem o Ministério da Justiça saber e sem que tenha havido o compromisso do governo federal como um todo. Mas, todo esse compromisso é descumprido. Simplesmente fala: "esqueçam o que assinei". Mostra o quão pouco as instituições, que deveriam ter o mínimo de respeito com a Constituição, encarem suas obrigações.

Nós estamos falando de uma situação extremamente grave, plenamente relatada na Organização das Nações Unidas – ONU, em diversos relatório da Anistia Internacional. Ou seja, até as pedras sabem que os indígenas do Mato Grosso do Sul esperam. Nos últimos dez anos, mais de 600 suicídios, o maior número de violência intraétnica. O Mato Grosso do Sul está na

CONT.



casa de 150, 160 homicídios por 100 mil habitantes. As pessoas estão morrendo, esperando que a solução para esse problema seja gerada. Um problema que a União, de uma forma clara, teve e que não pode se apartar, dizer que desconhece. Talvez os Guaranis Kaiowás, por exemplo, sejam a comunidade mais etnografada, fotografada, de todas as que existem no país. É uma questão muito estudada.

IHU On-Line – O senhor quer dizer que não tem como a União argumentar que não conhece essa realidade do Mato Grosso do Sul?

Marco Antônio Delfino de Almeida - Não tem como dizer! Desde 1917, o FBI (Fundação Brasileira do Índio, órgão que antecedeu a Funai) está em Mato Grosso do Sul. Ou seja, há quase 100 anos. Então, é uma realidade que eles conhecem há 100 anos.

IHU On-Line – O senhor pontua duas questões: 1) a União não está respeitando a própria Constituição; 2) em função disso foi necessário que o MPF firmasse um acordo. E nem esse acordo está sendo respeitado. Diante desse cenário, de que maneira o MPF se torna um mecanismo de solução dos problemas devido a incompetência do estado em resolver a questão indígena?

Marco Antônio Delfino de Almeida - Ainda que nós, muitas vezes, tenhamos essa pecha de que somos defensores incondicionais dos direitos indígenas, é preciso que fique claro: o que o Ministério Público está defendendo é a Constituição Federal. A defesa das comunidades indígenas é igualmente um mandato expresso do Ministério Público Federal. E entendemos que em Mato Grosso do Sul o MPF está cumprindo a Constituição Federal. Está fazendo com que as determinações constitucionais sejam plenamente cumpridas, inclusive assegurando a todos aqueles que de alguma forma esquecidos.

A União não pode se esquivar. Estava aqui há 100 anos, é parte indissociável desse processo. Todas essas terras indígenas estavam nessa faixa de fronteira, de 66 para 100, 150 quilômetros. No entanto, títulos estaduais, por exemplo, que foram fornecidos tinham que ser ratificados para serem plenamente válidos. Ora, se a União ratificou títulos, é porque minimamente ela se omitiu no dever dela de pesquisar se naquelas áreas havia ou não presença de comunidades indígenas. E não satisfeita da forma omissiva de ratificar títulos, a FBI e posteriormente a Funai removeram populações indígenas. E pode dizer que isso foi em outra realidade, na década de 40. Mas não é verdade. Isso são dados de 1978, em que a Funai – veja, a Funai, não FBI. Poque isso é muito colocado. Como se as instituições, só por trocar de nome mudassem, resolvessem. Os vícios permanecem, as práticas permaneceram – pegou índio, botou no caminhão e mandou para 400 quilômetros de distância. Isso é o que? É limpeza étnica. É a mesma coisa que se faz na Sérvia, em outros lugares. É deslocar populações. Mas, não satisfeita com isso, em 1993, fez a mesma coisa: pegou população e deslocou de local.

E o interessante é que em 1993 foi após a Constituição de 1988. O ano de 1993 é uma data interessante porque, teoricamente, é o ano em que todas as terras deveriam ter sido

CONT.



demarcadas. Só que, nesse mesmo ano, a Funai ainda estava removendo indígenas de um lado para outro. Traz para Dourados. Não, Dourados está muito cheio. Agora, manda para Amambaí. Ah, mas lá também não dá. Enfim, pegando indígenas e removendo como se fossem engradados de cerveja, armários. Era essa a prática.

E, reitero, não satisfeita com essa prática de remoção, ainda fez a titulação em área indígena. Nós tivemos a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Área de 300 mil hectares, boa parte dela dentro de território indígena. Nós tivemos o Projeto Integrado de Colonização de Sete Quedas, dentro de área indígena. Tivemos Projeto de Colonização de Iguatemi, dentro de área indígena.

Ou seja, projeto de colonização, projetos de incentivo ao povoamento, feitos pela União. Então, a União tem papel central nesse processo. E foi muito feliz a juíza ao trazer a União para o papel que ela deve assumir. Ela não pode se afastar do papel central na evolução dessa questão. Não é possível que nós tenhamos um país em que três ministros de estado, três altas autoridades públicas, façam declarações públicas, como foi feito em 2013, de que a resolução da questão indígena em Mato Grosso do Sul demoraria 90 dias.

E passados um ano e meio nada acontece. É extremamente complicado se entender que, mesmo no Brasil, as instituições tenham tanta fragilidade. Se bem que já é esperado. Se a partir de um momento que um TAC é assinado pelo presidente da instituição que, teoricamente, garante o direito dos índios e o TAC não é cumprido, não é de se surpreender que autoridades públicas caminhem no mesmo sentido.

IHU On-Line – Em que medida a questão indígena é uma pauta que não evolui no Congresso e no Executivo por incompetência e inabilidade em tratar do tema?

Marco Antônio Delfino de Almeida – O que vejo, infelizmente, é que a União fica numa posição extremamente cômoda. Há um compromisso político, mas com um determinado segmento. E aí se usa o eufemismo de que a demarcação vai avançar com responsabilidade ou acordo e, ao mesmo tempo, se faz compromissos com as lideranças indígenas de que irá cumprir seu papel. Ou seja, a União tenta atender a todo mundo (produtores rurais e indígenas) ao mesmo tempo, mas não atende ninguém. Enquanto não começar a atuar e sair dessa posição cômoda de imobilismo nada vai avançar.

A União sustenta que ela precisa de segurança jurídica nas suas ações. Ora, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ já fez um relatório apontando um rol de soluções. Já há várias decisões judiciais sustentando que a indenização é uma possibilidade. Só que a União recorre de tudo. Essa decisão de agora, com certeza, vai recorrer e tentar suspender. Ela, definitivamente, não tem interesse em solucionar. O interesse é manter essa solução em que pequenas áreas são ocupadas. O prejuízo é imenso para todo mundo, mas é mais cômodo do que efetivamente cumprir seu papel, tomar uma atitude que seja efetivamente englobante, sistêmica. E volto a afirmar: está longe de ser um imobilismo ocasionado por desconhecimento da situação. Só de relatórios aqui tem vários, diversos. Não há como dizer que desconhece a realidade local.

CONT.



IHU On-Line – E o papel do Congresso? Não poderia pressionar a União para quebrar esse imobilismo?

Marco Antônio Delfino de Almeida – A grande questão é que o Congresso acaba entendendo o processo de demarcação sempre como o antagonismo de matéria e antimatéria. O processo de demarcação é sempre visto como um processo de destruição da produção. Ora, no caso específico de Mato Grosso do Sul, o que nós temos é: os indígenas ocupam 80 mil hectares, o que vai dar 0,3% da superfície do território do estado. Mato Grosso tem 27% de sua superfície ocupada por terras indígenas. E é o maior produtor de grãos, mesmo tendo restrições ambientais, porque parte do Mato Grosso está no bioma amazônico, tem área de transição de serrado e apenas uma parte, ao sul, tem um regime de regramento ambiental semelhante ao Mato Grosso do Sul. Nele, você pode plantar em 80% da área da propriedade rural. Ainda que você tivesse esse número elevado para 1%, 1,5%, acreditar que isso irá de forma grave afetar a produção é uma falácia. Imagine-se que essa área passe de 0,3% para 2% da superfície do estado. Apenas em terras degradadas hoje, no Brasil, nós temos 18 milhões de hectares. É algo em torno de 2,5% da superfície do país. São terras degradadas que não produzem e que poderiam produzir se fossem adequadamente tratadas. Essa oposição entre demarcação e produção não se sustenta. É dar a uma população que historicamente tenha o direito àquilo o que é seu. E não estamos falando em presente, mas sim em cumprir a legislação. É apenas isso: dar a cada um o que é seu. O Estado Romano tinha três fundamentos: viver honestamente, não lesar o outro e dar a cada um o que é seu. O que se está defendendo: que se dê aos indígenas é o que é deles, que foi retirado deles.

E não há que se falar coisas como: “ah, vão devolver então a Copacabana”. Mas alguém está reivindicando Copacabana? Não. Também é outra falácia muito sonora do ponto de vista argumentativo, mas que também não se sustenta.

IHU On-Line – Diante de todos esses argumentos, se constrói a seguinte equação: de um lado há o produtor rural, que já foi posto naquela terra, e de outro há o índio que não tem a terra que é sua por direito. Como resolver essa equação? O caminho da indenização é a solução?

Marco Antônio Delfino de Almeida - É o caminho. Porque boa parte desses títulos dados aos produtores foram feitos pelos estados, em muitos casos ratificados pela União. Não há como a União, nesses casos, voltar e, 30 anos depois, esquecer aquele ato de ratificação e considerar o título nulo. Está certo que estamos acostumados a mandatários não cumprirem aquilo que eles se obrigam a fazer. Mas o Estado, principalmente em casos documentais, tem uma obrigação clara. Então, nesses casos em que tiver havido ou a colonização pelo governo federal ou a ratificação do título pela União, eu não vejo outra solução que não seja a indenização.

IHU On-Line – Hoje, a Funai é ligada ao Ministério da Justiça. Há quem defenda uma desvinculação, levando-a para outra pasta. O senhor acredita que isso traria uma efetividade maior para a Funai? E qual seria o melhor ministério para abrigá-la?

Marco Antônio Delfino de Almeida - O FBI ficou durante muito tempo ligado ao Ministério da

CONT.



Agricultura, porque o objetivo era usar os indígenas como mão de obra. Especialmente no Mato Grosso do Sul eles foram usados amplamente como mão de obra. O que é outro ponto interessante. Toda a base econômica do estado foi calcada na mão de obra indígena. Posteriormente, o FBI teve idas e vindas e durante em toda a sua existência, na maior parte do tempo, esteve vinculado ao Ministério da Agricultura.

Com a chegada dos militares e a criação da Funai, passou ao Ministério do Interior. Eram caixinhas: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene e uma outra caixinha era a Funai. Mais recentemente que ela passou para o Ministério da Justiça. Enfim, durante todo esse período, desde a FBI até a localização da Funai no Ministério do Interior, houve grande interferência política, governada por militares.

Eu, sinceramente, não vejo uma eventual desvinculação da Funai do Ministério da Justiça como algo que vá ocasionar uma alteração drástica na realidade que tem. Como verificamos se uma ação é prioritária? Há um mandato constitucional que determina que em até cinco anos toda a terra indígena seja demarcada. Isso seria em 1993. A mora já é uma mora de 22 anos. Se tenho mora de 22 anos, eu minimamente vou entender essa ação como prioritária.

Se me proponho a respeitar a Constituição, a entender a Constituição como lei maior que deve nortear as questões de Estado, eu entendo que a mora constitucional é algo gravíssimo. E, assim, deve ser reparada o mais breve possível. Logo, tenho que angariar a maior quantidade de recursos para que essa mora seja purgada, não exista mais. E essa priorização não deve ocorrer com a mudança de caixinha, daqui para lá. Vai ocorrer com recursos humanos e materiais, com suporte político, o que a Funai não tem há muito tempo.

IHU On-Line – Como é viver num Estado que é considerado pelo Ministério Público Federal como o maior conflito fundiário do Brasil? Qual o maior desafio?

Marco Antônio Delfino de Almeida – Do ponto de vista pessoal você tem alguns problemas. A gente já teve algumas ameaças à atuação. Não ameaças físicas, mas reações. Ações foram movidas para tentar tolher a atuação do Ministério Público, supostamente e para que os procuradores não atuassem. Foram pedidos de indenizações movidos pelos sindicatos rurais num intuito claro de tolher a atuação institucional. Mas entendo isso como uma reação despropositada. Porque o Ministério Público está aqui para cumprir a Constituição.

Infelizmente, cumprir a Constituição não é algo que seja simples. Muitas vezes também não é cômodo e é isso que as pessoas acabam não vislumbrando. O que queremos é que os direitos constitucionais sejam plenamente exercidos. Tanto uma eventual reparação pelo erro do Estado como o direito a terra assegurado às populações indígenas. Mas é obvio que isso causa uma reação. Nada que venha a afetar de forma expressiva nossa atuação.

IHU On-Line – O senhor acredita em Reforma Agrária?

CONT.



Marco Antônio Delfino de Almeida - A Reforma Agrária, tal como a questão indígena, tem que ter uma adequada atuação. Tem que ter recursos que sejam carregados de forma adequada para que a reforma venha a funcionar. E uma série de filtros tem que ser colocados para que efetivamente ocorra. Eu falo isso porque a Reforma Agrária também é um mandamento constitucional, ela tem que ocorrer. Não é questão de acreditar ou não. Tem que ocorrer. Agora, a implementação é que depende de alguns pontos. Especialmente nos locais onde a terra é muito valorizada, como no caso do Mato Grosso do Sul. Aqui, há regiões na faixa de 20 a 25 mil hectares e você tem, ao mesmo tempo, da mesma forma como a Funai, um órgão que não recebe a quantidade de recursos humanos e materiais necessários ao seu desempenho. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra foi perdendo número muito grande de servidores. Vários servidores de um concurso da década de 80, na faixa de 20 a 30%, vão sair. Tanto a Funai quanto o Incra perdem esses servidores sem a perspectiva de reposição, especialmente nesse cenário que é de contenção de despesas.

Então, precisa realizar determinada ação de reforma agrária. Não há recursos humanos e materiais disponíveis para fiscalizar a implementação. Falo daqueles recursos para os assentamentos, que deveriam vir para que a pessoa possa produzir, ter uma vida digna, cumprir efetivamente um mandamento constitucional que é produzir e inverter esse fluxo que é do campo para a cidade. É esse recurso que não aparece. Então, as pessoas ficam sem água, sem acesso a linhas de crédito. Essa pessoa, no artigo valiosíssimo que é a terra, faz o que? Comercializa. Se não houver atuação adequada do órgão fundiário, também vamos ter problema.

É um problema de mais fácil solução do que a questão indígena. Acho que o problema é de gestão. A gestão do órgão agrofunditário tem vários problemas, às vezes causados por falta de recursos, mas que tem que ser solucionado se quisermos uma reforma agrária de qualidade.

IHU On-Line – O senhor acompanha os problemas dos Guarani Kaiowá de perto. Gostaria que o senhor atualizasse esse tema. Qual a atual situação?

Marco Antônio Delfino de Almeida - Os Guarani Kaiowá são uma comunidade indígena, a segunda maior do país, com 40 mil indígenas. Temos um cenário de extrema vulnerabilidade dessas comunidades. Se pegarmos os mais variados índices que medem a qualidade de vida dessas pessoas, veremos que os índices são muito ruins. Em 2006, tivemos um quadro gravíssimo de desnutrição infantil. E aí houve toda uma atuação do Estado. Quando o Estado quer, ele atua. Houve muitas reportagens em 2006 e 2007 que retrataram de forma brutal essa desnutrição das comunidades, quando as pessoas simplesmente morriam de fome. E a partir do momento que essa questão foi minimamente resolvida, a atuação do Estado não mais passou a ser prioritária. E ainda índices de violência elevadíssimos, na faixa de 150, 160 homicídios por 100 mil habitantes. Em São Paulo, o índice é de 8 a 9. O índice de alerta da Organização Mundial da Saúde – OMS é 10 e no Brasil é 25 ou 24. E, mesmo com as nossas ações, os índices permanecem. Não há uma atuação sistêmica, global.

O Estado age sempre de forma pontual e demandada pela ação judicial. Não tem uma política

CONT.



que venha contemplar de forma expressiva essa população. Então, talvez apenas quando houver uma determinação internacional, uma condenação na corte interamericana, é que o governo vai se mobilizar. Algo semelhante à Lei Maria da Penha. A violência contra a mulher é uma realidade no país. Mas, apenas quando houve a condenação houve toda essa mobilização de aprovação da legislação, construção de centros e tudo mais. O conhecimento do problema era de todas as autoridades, mas não havia uma mobilização para a sua solução.

A situação dos Guarani Kaiowá é semelhante. Não há como colocar ar de surpresa e dizer que não sabia. Como não sabia? Há agentes públicos aqui há quase 100 anos, em contato direto com essa realidade. Como é que o governo vai desconhecer isso. Não estamos falando de uma comunidade recém contatada, com outros problemas. Estou falando de uma realidade em que as reservas do Mato Grosso do Sul existem há quase 100 anos.

Essa é outra questão. Muitas vezes as pessoas naturalizam e colocam que lugar de índio é na reserva. Como se a reserva fosse local de índio. A reserva é um local que foi escolhido, determinado para abrigar indígenas. Tem um livro de Couto Magalhães chamado Os Selvagens (Itatiaia Editora: Belo Horizonte, 1975), que é praticamente a política governamental indígena. Essa época em que se passa Os Selvagens, nos Estados Unidos estavam discutindo o que iriam fazer com os índios. Iriam exterminá-los, mas o extermínio era muito caro porque as guerras são muito caras e há uma reação pública a tudo isso. Paralelamente a discussão dessa posição dos Estados Unidos, o custo das guerras indígenas que ocorreram tanto no Chile quanto na Argentina também são levados em conta e se pensa: "não, as guerras são muito custosas e com certeza serão o mesmo no Brasil. Então, é interessante pegar esse um milhão de braços e utilizar para explorar como mão de obra nas lavouras para colonizar o país". E as reservas são nesse sentido. São espaços para colocação de mão de obra, que era utilizada nas fazendas. Os indígenas foram usados como mão de obra na cultura de erva-mate. Depois nas fazendas, para derrubada de mata, plantio de gramas. Nas década de 60, 70 passaram a atuar nas lavouras de cana.

Então, na linha de Os Selvagens, o indígena foi essa mão de obra que foi usada ao invés de exterminar. Mas para que fossem feitas as reservas você teve que retirar populações. E há 100 anos essas populações indígenas são retiradas. Essas reservas são, do ponto de visto jurídico, campos de deslocados internos. Que é, na verdade, uma espécie de parente do refugiado. Só que o refugiado tem esse viés externo, fora do país. O deslocado interno é aquele deslocado de sua área, mas que fica dentro de seu país. É o caso da Nigéria, agora, por exemplo, BoKo Haram. E no Brasil não foi nenhum grupo terrorista, foi o próprio Estado Brasileiro que fez todo processo de retirada.

Os índios e Copacabana

E nesse sentido que volto ao exemplo de Copacabana. "Se os indígenas quiserem nossa Copacabana, o que vamos fazer?", dizem. Ora, e o que esses mesmos senhores que fazem toda essa declaração pomposa fariam se um caminhão encostasse na porta do prédio deles em Copacabana, no Rio de Janeiro, pegasse todos os pertences, com a família e todos os parentes

CONT.



e os levasse a 400 quilômetros de distância. O que fariam? Isso foi feito com os indígenas aqui. E nós estamos falando em 1978, 1993, 1994. Não estamos falando em 1500, 1600. Mesmo assim, há uma dificuldade em se reparar essas comunidades.

Essa questão do marco temporal também é interessante. O próprio Supremo Tribunal Federal – STF, a ministra Carmem Lúcia, entendeu que reparações econômicas de crimes contra humanidade são imprescritíveis. Então, se fui torturado eu posso demandar do Estado sem qualquer marco temporal. Se o fato for hoje, posso entrar com reparação econômica contra o Estado daqui há 20 ou 30 anos. Ora, e a reparação que visa estabelecer a dignidade dessas comunidades? Aí se estabelece um marco temporal. Se você não estava em seu território em 1988, não tem direito a reparação. Mas porque a diferença? Também nesse caso, se estabelece uma diferenciação. Uma diferenciação que havia lá no século XVI, entre humanos e não humanos. Será que os índios são humanos ou não humanos? Será que tem alma? Então, para os humanos há flexibilidade e para os não humanos se estabelece o marco temporal.

Foto: www.olhardireto.com.br



Herói da Pátria Brasileira, Sepé Tiaraju é homenageado em sua Semana
SÍTIO CIMI, 28.01.2015

Sepé Tiaraju, líder guarani, deu a vida para defender as terras do povo nativo gaúcho, virou mito, foi canonizado pela vontade popular, é reconhecido oficialmente como "herói guarani missioneiro rio-grandense" pela Lei nº 12.366 do Estado do Rio Grande do Sul e Herói da Pátria Brasileira pela lei Federal 12.032/09, mas é ignorado pelo brasileiro e rio-grandense.

No sentido de conscientizar a sociedade gaúcha e brasileira sobre a existência de um único herói brasileiro no Rio Grande do Sul, entre 1º e 7 de fevereiro de 2015, em comemoração aos 259 anos da sua morte estarão ocorrendo uma série de eventos no território gaúcho. Entre 1609 e 1768 ocorreu uma das principais histórias do mundo em nosso território latino-americano, reconhecida pela UNESCO, como uma "experiência única na Humanidade". Visitantes do mundo todo vêm em busca dos fatos que encantaram filósofos dos anos 1600, 1700 e 1800, todavia, a própria sociedade que construiu o processo histórico ainda mantém-se de olhos fechados para os acontecimentos aqui ocorridos.

SEMANA DA CELEBRAÇÃO
259 ANOS DA MORTE
DE SEPÉ TIARAJU
02/02 a 07/02 – São Gabriel/RS



No estado há 12 mil anos viviam grupos pré-pampeanos. Há cerca de 2.500 anos ocorre a entrada do Povo Guarani. Em 3 de maio de 1626 os primeiros padres jesuítas entram no território gaúcho e fundam 18 reduções. Estas foram expulsas pelos Bandeirantes que naquele período mataram no todo mais de 600 mil guaranis em busca de escravos para suas lavouras paulistas. Expulsos ficaram as reduções no território entre o rio Uruguai e Paraná, hoje Argentina. Voltaram a partir de 1682 fundando os Sete Povos das Missões que com suas estâncias de gado ocupavam mais de 2/3 do atual Rio Grande do Sul.

Cresceram imensamente em termos de indústria e exportação remetendo sua produção para diversos locais da América e Europa. A indústria se fez plena, tanto quanto a cultura, Montesquieu chamou de "primeiro estado industrial da América". Com o desenvolvimento as cortes europeias decidem exterminar o projeto comunitário assinando o Tratado de Madri e com a não aceitação das trocas das terras entre espanhóis e portugueses ocorre a Guerra Guaranítica, momento do aparecimento do nosso herói Sepé Tiaraju.

CONT.



José Tiaraju foi criado pelos Padres, pois seus pais foram mortos em um aparecimento de escarlatina. Da doença, restaram em seu corpo, cicatrizes várias, uma delas em sua testa, com formato de meia-lua. Como diz a lenda, esta lhe dava uma aura mística e brilhava nas noites, em cor escarlate. Aos poucos foi adquirindo o conhecimento e a cultura dos Jesuítas que se somaria ao espírito de liberdade guarani, o suficiente para transformá-lo em um dos maiores líderes da brilhante comunidade indígena missioneira.

Foi Corregedor do Cabildo de São Miguel, o mais tenaz resistente à entrega dos Sete Povos aos Portugueses, em troca da Colônia de Sacramento. Sepé Tiaraju transformou-se num autêntico guerreiro, chamando para si a responsabilidade da defesa do povo guarani, da cobiça e do egoísmo dos Espanhóis e Portugueses, pela posse da terra. Em uma carta, a ele atribuída, dirigida ao governo espanhol ele escreveu: "Nossa riqueza é a nossa liberdade. Esta terra tem dono e não é nem português nem espanhol, mas Guarani".

Sepé morreu em 7 de fevereiro de 1756, às margens da sanga da Bica, afluente do rio Vacacaí, no município gaúcho de São Gabriel. Três dias depois ocorre a Batalha de Caiboaté e a morte de 1.500 dos principais guerreiros e Caciques Guaranis. Encerrava-se assim, uma das mais bem sucedidas experiências de vida comunitária cristã de todos os tempos citadas por Voltaire, principal Iluminista Francês, como "Triunfo da Humanidade".

Por seu feito, Sepé Tiaraju, é considerado santo popular, virou personagem lendário do Rio Grande do Sul e dos Povos Nativos da América Latina, sua memória ficou registrada na literatura por Basílio da Gama no poema épico O Uruguai (1769) e por Érico Veríssimo no romance 'O Tempo e o Vento'.

Programação: De 1º a 7 de fevereiro de 2015.

Conforme o Irmão Antônio Cechin, coordenador geral dos eventos, "pretende ser essa semana, uma arrancada rumo a uma possível introdução da Causa de Beatificação e Canonização dos heróis riograndenses, guarani, missioneiros e brasileiros Sepé Tiaraju e seus 1500 companheiros Mártires Pela Justiça. São Sepé, além de empoderador dos pobres, pode também tornar-se padroeiro dos prefeitos populares".

Cechin pede que deem o máximo de importância, comparecendo todos a fim de prestigiar a semana que nos ajudará na glorificação não só de Sepé e Companheiros, mas também dos 3 santos padres jesuítas missioneiros dos Sete Povos: Roque, Afonso e João. Diz que são tempos de papa jesuíta Francisco, da estirpe missioneira dos Sete Povos das Missões do Rio Grande do Sul.

Domingo – 01-02

Manhã

Saída da Bicicletada de Porto Alegre, rumo a São Gabriel – Sede do Caminho das Águas – dormem em Rincão dos Negros.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 17/ 2015

Brasília, 29 de janeiro de 2015.

Segunda - 02/02

Início da exposição sobre Sepé Tiaraju no Museu Nossa Senhora do Rosário - Bom Fim- Porto Alegre.

Bicicletada: Rincão dos Negros – Cachoeira do Sul.

Terça – 03-02

Bicicletada: Cachoeira do Sul – São Sepé.

Quarta – 04-02

Bicicletada: São Sepé – Santa Margarida.

Quinta-feira - 05/02

Manhã

Chegada dos índios e da equipe da Bicicletada em São Gabriel.

Recepção: Parque Tradicionalista Rincão das Carretas

Almoço de confraternização organizado pelo Cimi

Tarde

Reunião interna dos índios (a partir das 15h) e apresentação teatral da equipe da Bicicletada em frente ao Museu (a partir das 19h30).

Sexta-feira - 06/02

Manhã

Reunião aberta dos índios com a participação da equipe da Bicicletada e de todos os envolvidos.

Tarde

16h - Bicicletada nas principais ruas da cidade, fazendo paradas estratégicas na Praça Dr. Fernando Abbott, Praça Camilo Mércio e Praça Tunuca Silveira

18h30 - Futebol no Estádio Municipal (atividade que agrega Governo, CIMI e equipe da Bicicletada)

21h - Palestra sobre "As Missões e Sepé Tiaraju - a importância de para o Brasil", no Parque Tradicionalista Rincão das Carretas com o pesquisador José Roberto Oliveira.

Sábado - 07/02

Manhã

6h - Deslocamento dos índios e comunidade até a Coxilha de Caiboaté (ritual indígena).

9h30 - Missa da Terra Sem Males, na Chácara Juca Tigre.

11h30 Inauguração da Trilha "Pelos caminhos de Sepé", na Chácara Juca Tigre.

Almoço no Parque Tradicionalista Rincão das Carretas.

Tarde

16h - Retorno à Chácara Juca Tigre, onde terá apresentações de corais indígenas e outras atrações.

19h - Inauguração da Estátua em concreto armado de Sepé Tiaraju.



Boletim de Notícias - Edição nº 17/ 2015

Brasília, 29 de janeiro de 2015.



Desativada suposta pista clandestina em comunidade quilombola do AP

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 28.01.2015

*Prefeitura desativou pista após vistoria nesta quarta-feira.
Moradores dizem que voos ocorriam durante a madrugada.*

Fiscais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (Semduh) desativaram após vistoria nesta quarta-feira (28) a pista, segundo o Ministério Público Federal (PMF), clandestina de pouso e decolagem que funcionava na comunidade do Curralinho, distante 10 quilômetros de Macapá. De acordo com a prefeitura, o responsável pela área, um empresário amapaense, foi notificado.

Na vistoria, foi constatado que a pista possui aproximadamente 600 metros de comprimento e 10 metros de largura, e ocupa uma área próxima da comunidade. Segundo os moradores, voos eram vistos entre 0h30 e 3h da madrugada, durante a semana; e, durante o dia inteiro nos fins de semana. Eles disseram ainda que a pista existe há cerca de dez anos no local.

“Mas era muito escondido e não nos damos conta de que aqui pousavam aviões. Sempre víamos aviões voando nas proximidades, mas não sabíamos dessa pista. Ficamos surpresos quando apareceram as notícias”, disse um morador que não quis se identificar. No local, havia uma plantação de soja. A pista não possui iluminação e nem asfalto, o que infringe as normas de segurança.

Raimundo Cardoso, chefe de fiscalização da Semduh, disse que o fechamento da pista foi feito na presença do proprietário. “Ele alegou que não tinha conhecimento de decolagens e pousos dos voos no terreno. Mas ele foi notificado e aterramos o local da pista. Se a pista for reativada, ele pagará multa”, alertou.

A prefeitura informou que a falta de planejamento para a construção da pista representa risco para os moradores da comunidade. “Além de causar transtorno, coloca em risco a vida dos moradores do Curralinho”, reforçou Cardoso.

A pista foi localizada pela prefeitura de Macapá após o recebimento de uma denúncia da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e do Ministério Público Federal (MPF).



Quilombolas de Rondônia reivindicam terra ocupada pelo Exército

SÍTIO PORTAL EBC, 28.01.2015

Michelle Moreira

As comunidades quilombolas de Forte Príncipe e Santa Fé, no município de Costa Marques, em Rondônia, esperam há anos pela demarcação de suas terras. O Ministério Público de Ji Paraná ajuizou duas ações civis públicas contra a União e o Incra, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para que seja concluída a titulação das áreas. As duas ações foram negadas pela Justiça Federal.

Em Forte Príncipe a situação é complicada. A área em que a comunidade quilombola se encontra pertence ao Exército. De acordo com o superintendente do Incra, Luís Flávio Ribeiro, isso tem atrapalhado o processo de demarcação.

"Existe um atrito constante com o Exército. Ele não quer ceder esta área para que possamos fazer os estudos antropológicos. Tentamos com a Ouvidoria Agrária...O coronel já esteve aqui diversas vezes, mas ele não abre mão. A gente tem dificuldade de aprofundar este trabalho."

O general André Luís Novaes, comandante da 17ª Brigada de Infantaria de Selva Príncipe da Beira, esclarece que existe um conflito de leis que deve ser resolvido.

"O empecilho não é o Exército. O empecilho é a legislação especial que regula a ocupação de área de fronteira que é conflitante com a legislação do auto-reconhecimento e dos quilombolas. O Exército é o dono daquela área. A área é afetada ao Exército há muito tempo. E é por isso que o Exército não pode permitir a entrada do Incra até que haja uma legislação final sobre isso...Possivelmente definida no Supremo Tribunal Federal."

Para tentar solucionar o problema, o general informou que o Exército tem atuado em várias frentes. Uma delas é uma ação conciliatória com o Incra para definir qual lei estaria em vigor. Outra é a concessão da terra de forma individual aos quilombolas. Assim, as pessoas cadastradas pelo Exército desde a ocupação da área poderiam usufruir do espaço, sendo proibida a venda.

De acordo com a vice-presidente da Associação Quilombola em Forte Príncipe, Maria Rodrigues, a proposta do Exército é inviável.

"A partir do momento que se delimita um espaço que delimitar aquele tamanho, um espaço pequeno, não tem como, principalmente para quem trabalha na roça. Então esta proposta é inviável. Não tem como."

CONT.



Maria Rodrigues afirma que a área de Forte Príncipe é de 100 mil hectares. A proposta é de que a titulação para a comunidade seja relacionada a 21 mil hectares. Ela pontua ainda que não existe a intenção de que os militares deixem a área.

Para tentar chegar ao fim do impasse, a Justiça Federal marcou reunião conciliatória sobre o tema para o dia 4 de março. Foram convidados a participar a comunidade, o Incra, o Exército e o Ministério Público.

Já sobre a terra da comunidade Santa Fé, o Incra afirma que o processo está bem adiantado. Falta apenas a conclusão dos laudos a partir das últimas apurações em março. A previsão é de que o processo seja finalizado no segundo semestre deste ano.

O procurador da República Henrique Felber pontua que a demora dos processos leva a comunidade à descrença no Poder Público: "Tecnicamente tem o princípio da confiança. As pessoas acreditam que o governo vai fazer. E o Incra, no caso de Santa Fé está desde 2008 com o procedimento pendente. É muito difícil concretizar direito social no Brasil."

Questionado sobre a demora na demarcação, o superintendente do Incra alegou falta de pessoal; mas disse que seria empenhado o esforço necessário para acelerar o processo nas comunidades de Forte Príncipe e Santa Fé.

Funasa investirá R\$ 10 milhões em obras de abastecimento no Piauí
SÍTIO CIDADE VERDE, 28.01.2015



A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) deve investir mais de R\$ 10 milhões em obras de abastecimento de água no Piauí este ano. As obras irão beneficiar 753 famílias em comunidades quilombolas e assentamentos de 14 municípios do Estado. Tanto a elaboração dos projetos quanto a execução das obras serão custeadas com recursos da própria Funasa.

Os projetos estão em fase de conclusão. A previsão é que as obras comecem este ano. Serão beneficiadas famílias dos municípios de Acauã, Amarante, Batalha, Beneditinos, Campinas do Piauí, Campo Maior, Castelo do Piauí, Geminiano, Jaícos, Luzilândia, Palmeiras, Pedro II, Piripiri e Sigefredo Pacheco.

De acordo com o presidente nacional da Funasa, engenheiro Henrique Pires, a meta é ampliar a rede de abastecimento, principalmente nas localidades de quilombolas e assentamentos. "A Funasa vem custeando tanto os projetos quanto a execução das obras por entender a importância da água em casa para a população. O abastecimento de água, assim como o saneamento básico, é uma área prioritária para a presidenta Dilma Rousseff", destaca Pires.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 17/ 2015

Brasília, 29 de janeiro de 2015.

As obras levarão água para as casas das comunidades, geralmente situadas nas zonas rurais destes municípios. Nas casas serão instalados hidrômetros, dentro dos parâmetros de sustentabilidade socioambiental, para evitar o desperdício.

No Piauí, os investimentos em obras de abastecimento de água e saneamento básico estão sendo ampliados. Na região do médio Parnaíba, por exemplo, a previsão é que sejam investidos mais de R\$ 24 milhões em obras de esgotamento sanitário.

Da Editoria de Cidades.
cidades@cidadeverde.com

Programa de Habitação Rural contemplará mais de 300 famílias

SÍTIO AGÊNCIA ACRE, 28.01.2015



"Melhoramos a qualidade de vida dos nossos filhos",
disse a contemplada do PNHR (Foto: Paula Amanda)

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) beneficiou, somente no ano passado, 180 mil famílias brasileiras, entre agricultores familiares, quilombolas, pescadores, assentados da reforma agrária, moradores de comunidades ribeirinhas ou tradicionais, residentes no campo ou na floresta. A meta para 2015 é contemplar mais de 300 famílias no Acre.

No Acre o PNHR é executado em parceria com o governo do Estado dentro das três florestas públicas estaduais: Liberdade, Gregório e Mogno, na região do Vale do Juruá. O programa está dividido em quatro fases e a primeira já foi concluída com a entrega de 80 unidades habitacionais. A segunda fase já está em desenvolvimento, com a construção de 125 casas. A terceira, quarta e quinta fase preveem a construção de mais 373 unidades.

Maria Elida Lima é moradora da Floresta do Mogno e foi uma das contempladas no programa. Ela e o marido constituíram família dentro da floresta, mas durante 15 anos moraram numa casa construída com suas próprias mãos. "Hoje é muito importante que a gente possa morar nessa casa e dar mais qualidade de vida aos nossos filhos. Essa parceria entre o governo federal e estadual, só tem trazido benefícios pra gente", contou.

Cada unidade custa em média 30 mil reais para ser construída, mas os contemplados pagam o valor de mil reais, parcelado em três vezes. A responsável pela gestão do PNHR no Acre, Telma Chaves, explica que o governo do Estado vai fortalecer a realização do programa. "Nosso próximo passo é fazer uma prestação de contas com as comunidades e continuar garantido que as próximas fases sejam realizadas com êxito, a exemplo das duas primeiras", disse.



“Não vamos admitir que a tragédia da Suiá Missú se repita” diz Baiano Filho
SÍTIO TOP NEWS, 28.01.2015

Fonte: Da Assessoria

O Diário Oficial da União publicou em 27 de novembro, a Portaria 294 declarando de “interesse público da União” uma área de 1,6 milhão de hectares abrangendo nove municípios entre os estados de Mato Grosso e Tocantins. A decisão emitida pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) foi questionada pessoalmente por uma comitiva de prefeitos liderados pelo deputado Estadual Baiano Filho, nesta tarde, em Brasília.

Após diversas tentativas na busca de esclarecimentos, os líderes questionaram a secretária da SPU Cassandra Maroni sobre a decisão tomada sem previa discussão com o Estado, e o que é pior, sem estudo prévio e sem constatação in loco das áreas consideradas terrenos sujeitos a inundações periódicas do Rio Araguaia, tese utilizada pela União para sustentar o “interesse”.

Como antecipamos, a portaria deu origem a rumores de que o Governo Federal estaria demarcando sumariamente a área como território indígena, acenando para uma conseqüente desintração dos moradores, a exemplo do ocorrido na fazenda decretada como reserva indígena Marawatsede que culminou com a expulsão de mais de 7 mil pessoas em dezembro de 2012.

“Não podemos admitir que a União decrete por ofício mais de 1,6 milhão de hectares de áreas produtivas como de interesse público sem dar explicações ao governo de Mato Grosso, aos prefeitos, à sociedade, e mais, é inaceitável colocar produtores e famílias humildes em uma situação de insegurança e terror; exigimos que o governo federal venha conhecer a realidade da região, e que faça conjuntamente com nosso governo um estudo com base em conhecimentos reais, e não há distancia. Espero que a União não repita o erro cometido com as famílias da Suiá Missú, onde deram ao povo esperanças de resolução e no apagar das luzes foram todos surpreendidos com a chegada da força armada para expulsão, não admitimos que o caso Suiá se repita”, desabafou Baiano Filho.

Baiano esboçou perplexidade ao saber que a decisão sobre a delimitação da área foi tomada com base em imagens de satélite. “Se quer vieram ao estado, se quer comunicaram o governo sobre a decisão, inaceitável”, condenou. Foram afetados pela decisão os municípios de Luciara, Canabrava do Norte, Novo Santo Antônio, Porto Alegre do Norte, Santa Terezinha e São Félix do Araguaia em Mato Grosso, e Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pium, no Tocantins.

A secretária da SPU garantiu que os municípios terão um prazo de 60 dias, a partir da publicação da notificação pelo DOU, para demonstrarem por meio de laudo a real extensão dos

CONT.



alagamentos às margens do Araguaia. A defesa apresentada pelos municípios será submetida à análise da SPU.

O prefeito de Luciara Fausto Azambuja Filho foi ainda mais enfático ao criticar o procedimento utilizado pela União para delimitar as áreas. "Total falta de respeito decidiram a vida de centenas de famílias com base em fotos por correspondência [imagens de satélite], dentro de escritórios debaixo do ar condicionado, se quer conhecem o Araguaia se quer se dignaram em pegar um avião e sobrevoar a região; fui o primeiro a ter acesso ao processo que embasou a portaria e ficou claro a intenção de atender ao interesse de terceiros, hoje arcamos com o impacto social sentido principalmente pelos pequenos produtores que estão sendo estrangidos em agencias bancárias quando buscam pelo financiamento da produção, graças a insegurança jurídica causada pela União", frisou o prefeito.

Também participaram da audiência em Brasília o deputado Federal e senador diplomado Wellington Fagundes, os deputados Federais Valtenir Pereira e João Barcelar (BA), os prefeitos de Confresa, Luciara, Santa Terezinha, Novo Santo Antônio, Canabrava do Norte, Porto Alegre do Norte, São Félix do Araguaia, São José do Xingu, Santa Cruz do Xingu, Alto Boa Vista, Vila Rica e Novo São Joaquim.



Lanchas levarão mutirões de documentação a mais de 9 mil mulheres rurais

SÍTIO PORTAL BRASIL, 28.01.2015

Embarcações serão responsáveis pelo transporte da equipe e do material necessário para a realização dos mutirões

Mais de nove mil mulheres rurais da Região Norte do Brasil poderão adquirir, gratuitamente, a documentação, devido à aquisição de duas embarcações pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

As lanchas serão responsáveis pelo transporte da equipe e do material necessário para a realização dos mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR).

A expectativa é de que as Lanchas de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (Lada's) sejam entregues em março – mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher (8 de março).

Para a diretora de Políticas para Mulheres Rurais do MDA, Karla Hora, as lanchas permitirão levar os mutirões de documentação à regiões ribeirinhas de difícil acesso.

“A nossa perspectiva é ampliar consideravelmente a atuação do programa na região de Belém e Santarém (PA). Serão 29 municípios atendidos, podendo chegar a 38, onde nossa meta é emitir 16 mil documentos e atender mais de 9 mil mulheres.”

O delegado federal do MDA no Pará, Paulo Cunha, reforça a afirmação da diretora e diz que as lanchas levarão cidadania e políticas públicas às comunidades ribeirinhas e igarapés do arquipélago de Marajó e para mais de 39 ilhas da região metropolitana de Belém, do baixo Tocantins e da região oeste do estado, cortadas pelos rios Amazonas e Tapajós.

“Existe um verso conhecido de um autor do Pará que diz ‘esse rio é a minha rua’, o que traduz bem certas regiões do nosso estado, que em alguns lugares só podem ser acessadas por rio. Este tipo de embarcação que iremos receber nos ajudará a levar os mutirões do PNDTR para essa importante parcela da população que antes precisava se deslocar para cidades de maior porte para poderem retirar a documentação”, observa o delegado federal.

Segundo a coordenadora de Acesso à Terra e Cidadania do MDA, Elisangela Bezerra, a região norte é a segunda com maior demanda em todo País, ficando atrás apenas do Nordeste, onde existe uma concentração urbana bem maior.

“Desde a criação do PNDTR já emitimos mais de 600 mil documentos e atendemos a cerca de

CONT.



290 mil mulheres na Região Norte. Com a chegada dos barcos iremos aumentar esses números”, assegura.

As representantes do MDA estiveram esta semana em Belém (PA), para acertarem os detalhes finais para o início da operação com as lanchas e realizarem a vistoria dos veículos. As embarcações foram adquiridas por meio do Ministério de Defesa e da Marinha do Brasil.

Programa Nacional de Documentação

Criado em 2004, o programa percorre o País com mutirões que oferecem de forma gratuita toda documentação civil, jurídica e trabalhista, com o objetivo de efetivar a condição de cidadã das trabalhadoras rurais, fortalecendo a autonomia e a inclusão produtiva, além de possibilitar o acesso às demais políticas públicas do governo federal.

Durante os mutirões, coordenados pela Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do MDA e pelo Incra, também são oferecidas orientações sobre as políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária. O foco da ação são as mulheres, mas homens e crianças que necessitam de documentos também são atendidos.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.



São Sepé Tiaraju: O Guarani da "Terra sem Males"

SÍTIO IHU, 28.01.2015

"Quando nosso Grande Pai Nhandervuçu viu a maldade dos homens, decidiu destruir a Terra. Mas antes, teve o cuidado de avisar o Grande Pajé Guiraypoty, ordenando-lhe que dançasse.", escreve Antonio Cechin, irmão marista.

Eis o artigo.

SEPÉ era índio da nação guarani. Seu povo habitava neste sul do continente, muitos séculos antes da chegada dos europeus, "desde o dilúvio" aprenderam a dizer os índios, logo depois de convertidos à fé bíblico-cristã.

Como guarani, Sepé, desde jovem, nas rodas de chimarrão, junto a um fogo de chão, foi escutando e aprendendo as histórias, os "causos", as lendas e os costumes que seus antepassados, desde inúmeras gerações, transmitiam de pai para filho. Os cantos, as danças, os rituais, tudo expressava as vivências mais caras a todos. Sabemos que antes dos padres jesuítas chegarem, a língua guarani não era escrita, era somente falada. Daí o cuidado com que, em família, se cultivavam as tradições que haviam construído o povo, desde milênios. Não se podia perder a memória das mais caras tradições que vinham desde a sabedoria dos mais antigos.

Entre as histórias da Comunidade, havia uma preferida, que retornava sempre, com novos detalhes. É o mito fundante do povo Guarani. Trata-se, na realidade, do fato mais importante e mais determinante do modo de ser guarani. Os adultos e os velhos, nessa história, tinham um referencial permanente de projeto político, social e religioso, a ser concretizado. É aquilo que hoje costumamos chamar de UTOPIA.

Essa história, a UTOPIA GUARANI, marco originário de todo o povo e que alimenta a caminhada para frente, rumo ao futuro, leva o nome de "Yvy marã ei". A melhor tradução em português é: "TERRA SEM MALES"

Imaginemos o menino, mais tarde o jovem Sepé Tiaraju, ladeado dos pais, do pajé da tribo, junto a amigos e vizinhos, atento à fala dos mais velhos sobre a YVI MARÃ EI:

"Quando nosso Grande Pai Nhandervuçu viu a maldade dos homens, decidiu destruir a Terra. Mas antes, teve o cuidado de avisar o Grande Pajé Guiraypoty, ordenando-lhe que dançasse.

Guiraypoty varou a noite inteira em danças de religião. Quando a dança do Grande Pajé terminou, Nhandervuçu, o Grande Pai, retirou um dos esteios que sustentam a Terra. Então sobreveio um incêndio devastador.

CONT.



Guiraypoty fugiu do perigo, partindo com sua família para o leste, em direção ao mar. A fuga foi tão rápida que não houve tempo para plantar mandioca. Todos teriam morrido, não fosse o poder do Grande Pajé, que fez com que o alimento surgisse durante a viagem.

A família chegou ao litoral. O primeiro cuidado que tiveram, foi construir uma casa de madeira. Quando viessem as águas estariam bem protegidos, dentro de casa. Terminada a construção, retomaram a dança e o canto.

O perigo aumentava sempre mais. O mar, na ânsia de apagar o fogo, ia engolindo a terra toda. Quanto mais as águas subiam, mais Guiraypoty e sua família dançavam.

Para não serem tragados pelas águas, subiram todos no telhado da casa. Diante da situação Guiraypoty chorou porque teve medo. A mulher então lhe disse: "Se estás com medo, meu Pai, abre bem os braços para que as aves do céu, ao passar, possam pousar. Se sentarem em teu corpo, pede que nos levem para o alto."

Mesmo em cima da casa, a mulher não cessava de bater ritmadamente a taquara contra o esteio da casa. As águas subiam, subiam.

Guiraypoty entoou então o nheengarái que é o canto solene guarani.

Quando estavam prestes a ser tragados pelas águas, a casa se moveu, girou sobre si mesma, flutuou, subiu, subiu. Tão alto que chegou até a porta do céu. Ali estabeleceram sua morada definitiva.

Neste lugar em que chegaram, as plantas nascem por si próprias, sem precisar de quem as plante. A mandioca já vem transformada em farinha. A caça já chega abatida aos pés dos caçadores. As pessoas não envelhecem nem morrem. Não há, nesse lugar, sofrimento de espécie alguma."

Terminada a narrativa seguia-se um longo silêncio em que todos se deliciavam na contemplação da feliz chegada à TERRA SEM MALES. Aos poucos, dos atentos ouvintes começavam a ser expressos curtos comentários sobre o que mais lhes havia calado na alma. Sentiam-se invadidos por uma mística, um fogo interior que os impelia para frente, na história, em busca da Terra Sem Males. Nesse mito fundante, se reconheciam lá atrás, como povo guarani semi-nômade, antes do ano de 1607, quando os primeiros europeus, na pessoa dos Padres Jesuítas, haviam feito o primeiro contato com a nação guarani.

Naquele tempo eram constituídos de pequenas comunidades que alcançavam em torno de umas 100 pessoas, coordenadas por um cacique.

Não foi por mero acaso que o povo guarani-missioneiro abraçou, aos poucos, com imensa alegria, a Boa Nova do Evangelho, trazida pelos Jesuítas, alicerçada na tradição bíblica vetero-testamentária da CONQUISTA DA TERRA PROMETIDA fornecedora de luminosidade total para a YVI MARÃ EI.



Lideranças Kaingang exigem demarcação de territórios indígenas no RS

SÍTIO CIMI, 29.01.2015

Nessa terça e quarta-feira (28), na Terra Indígena Re Kuju (Campo do Meio), no Rio Grande do Sul, foi realizado um encontro de lideranças Kaingang de 16 comunidades indígenas do estado, para dar continuidade ao processo de mobilização e reflexão comunitária Kaingang, reafirmando princípios e valores que norteiam o bem viver Kaingang, latente na sua cosmologia. O evento teve o objetivo de enaltecer e afirmar a posição ética das lideranças indígenas Kaingang do Rio Grande do Sul em suas relações com a sociedade, o Estado, a natureza e a sobrenatureza recepcionadas em categorias como o bem viver.

Estiveram presentes as lideranças das Terras Indígenas (TI) Re Kuju (Campo do Meio), Ketyjug Tegtú (Três Soitas, Santa Maria), Rio dos Índios, Xingú, Lajeado do Bugre, Forquilha, Monte Caseiros, Mato Castelhana, Kandóia, Faxinal, Pontão, Inhacorá, Votouro, Iraí, Serrinha, Ligeiro e Ventarra. Representantes do Ministério Público Federal em Passo Fundo, da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) Regional Sul e do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) Sul também participaram do encontro. Leia o documento elaborado pelos indígenas:

Analizamos a política anti-indígena que está em curso no Brasil e avaliamos que isso repercute na paralisação dos processos demarcatórios em nossa região. Enquanto isso, nós, povo Kaingang, e o povo irmão Guarani, continuamos em situação de acampados e sofrendo ameaças, atitudes de racismo e discriminação e a consequência da falta de atendimento básico que levam à situação de miseráveis. Tal situação é agravada pela ação de deputados, prefeitos, organizações representativas de agricultores e outros políticos interesseiros que estimulam atitudes preconceituosas e incitam a violência contra os Kaingang.

Denunciamos que nossas comunidades indígenas sofrem com a violência, com o preconceito, com a discriminação, com a criminalização de nossas lideranças e com a situação de miséria, tudo estimulado pelo atraso e a falta da conclusão das demarcações das terras de ocupação tradicional.

Denunciamos as prisões arbitrárias e infundadas das lideranças Kaingang da TI Kandóia e as ações truculentas e violentas da Polícia Federal sobre a comunidade.

Constantemente nossos direitos sofrem ataques. Nossas terras, nossos territórios, já degradados pelo capitalismo (monoculturas e o uso de agrotóxicos), não estão sendo demarcados conforme manda a Constituição Federal nos artigos 231 e 232, reiterada pela Convenção 169 da OIT e a declaração sobre os Povos Indígenas da ONU.

CONT.



Passado um ano não tivemos nossas exigências atendidas, conforme documento de lideranças Kaingang de 14 de fevereiro de 2014, passamos a reafirmar os mesmos compromissos, reivindicando o cumprimento da lei que defende o direito de acesso à nossa terra. Exigimos da Presidência da República, Ministério da Justiça e Funai que realizem a desintrusão da TI Rio dos Índios, façam o levantamento fundiário da TI Passo Grande da Forquilha, publiquem a portaria declaratória da TI Kandóia e da TI Irapuá, concluam os laudos antropológicos e publiquem os relatórios das TIs Xingú, Morro do Osso e Mato Castelhana, conclua a análise dos relatórios prévios das TIs de Lajeado do Bugre, Pontão, Carazinho e crie Grupo Técnico de Trabalho (GT) para a identificação e delimitação das mesmas. Exigimos GT de identificação e delimitação para TIs Campo do Meio, Faxinal e Ketyjug Tegtu (Três Soitas, Santa Maria) e GT para revisão de divisas da TI de Ventarra, Iraí, Monte Caseiros e Inhacorá e outras, que já estão sendo solicitados há anos.

Nós, lideranças indígenas Kaingang também exigimos do presidente da Funai explicações do porque o cronograma de ação da Funai construído em Passo Fundo em dezembro de 2011 não foi concretizado, assim como justificativas de o porque que nenhuma informação clara se materializou para as TIs após a elaboração deste. Queremos ver passos concretos e ações claras em nossas reivindicações, inclusive com previsão orçamentária nos recursos públicos para a realização dessas ações, isso até fins de fevereiro de 2015, caso isso não aconteça, o povo Kaingang está organizado e articulado para concretizarmos nossos direitos. Estamos prontos para parar o Brasil e ocuparmos os nossos territórios.

Por fim, nós lideranças não aceitamos sob hipótese nenhuma negociar nossos direitos à terra, abusos de poder e coerção de nossas lideranças e nem aceitamos propostas de redução dos nossos territórios tradicionais.

Campo do Meio, 27 de janeiro de 2015.



Boletim Mundo: Kaingang manifestam-se contra criação do Insi durante encontro de lideranças no RS

SÍTIO CIMI, 29.01.2015

Reunidas nessa terça e quarta-feira (28) na Terra Indígena Campo do Meio, município de Gentil, no Rio Grande do Sul, mais de 40 lideranças indígenas de 16 comunidades do grande território Kaingang discutiram a proposta governamental de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (Insi) e encaminharam ações concretas no que tange à questão do prosseguimento das demarcações de terra tradicional.

Na presença da procuradora da República do Ministério Público Federal em Passo Fundo, do coordenador da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) Regional Sul e do presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) Sul, as lideranças Kaingang reafirmaram sua posição contrária a criação do Insi, conforme documento abaixo.

Nós, lideranças Kaingang do Rio Grande do Sul reunidas na TI Re Kuju (Campo do Meio), nos dias 27 e 28 de janeiro de 2015, refletimos e discutimos sobre a proposta do Ministério da Saúde de criação de um Instituto Nacional de Saúde Indígena (Insi).

Durante a reunião as lideranças repudiaram a pretensão governamental da criação do Insi por entenderem que se trata de uma estratégia de terceirização e privatização da saúde indígena e que isso fere diretamente o direito dos povos indígenas a um sistema de saúde específico e diferenciado, ligado ao Sistema Único de Saúde. Fere também nosso direito estabelecido na Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário, onde prevê uma consulta prévia, livre e informada sobre qualquer decisão que tange nossos direitos.

As lideranças consideram a proposta do governo como um desrespeito à luta histórica dos povos indígenas por um Subsistema de saúde diferenciado, garantido sobretudo pela Constituição de 1988 e pela Lei Arouca.

O Ministério Público Federal já se posicionou em relação ao Insi e nós concordamos com esse posicionamento porque a proposta segue na contramão das instâncias de controle social conquistadas arduamente pela luta indígena no passado.

Ressaltamos que a nossa proposta é de fortalecimento da Sesai, pois essa é conquista nossa e não vamos permitir que nos tirem o que conquistamos. O fortalecimento da Sesai segue desde sua infraestrutura, na ampliação e renovação da frota de veículos, contratação e aumento no quadro de profissionais, assim como avançar no processo de efetivação de uma política pública diferenciada de saúde indígena.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 17/ 2015

Brasília, 29 de janeiro de 2015.

Exigimos mais diálogo e não aceitamos que apenas pessoas que administram os distritos tenham possibilidade de se manifestar. Não fomos consultados, não nos convidaram para tratar do tema que afeta incisivamente nossa organização, nossa saúde e nossa cultura. Por esses motivos e outros reafirmamos que somos contra o Insi e a favor do Subsistema de Atenção Diferenciada. Queremos uma Sesai fortalecida e não aniquilada por uma proposta que visa, na prática, a transferência das obrigações pela assistência à saúde para terceiros. E nós sabemos que nisso tudo há interesses econômicos, pois os recursos disponibilizados para a atenção à saúde aumentaram significativamente nos últimos anos e é nestes recursos que estão focados os interesses da iniciativa privada.

Nós, lideranças Kaingang, exigimos respeito e diálogo. Não nos ouviram. Nós somos contra o Instituto Nacional de Saúde Indígena. E exigimos também que sejam abertos editais para processos seletivos específicos para indígenas, uma vez que há um crescente número de profissionais indígenas se formando na área da saúde.

TI Campo do Meio, 28 de Janeiro de 2015.



Xavantes lutam para recuperar terra após saída de não-índios

SÍTIO CEDEFES, 29.01.2015

Há dois anos, no dia 28 de janeiro de 2013, a entrega pela Justiça do auto de desocupação marcava o fim da desintrusão da área. Grandes produtores, pequenos agricultores e comerciantes foram definitivamente retirados da terra indígena Xavante. Antes disso, eles entraram com várias ações e questionamentos judiciais para tentar adiar a saída da área.

Há dois anos, no dia 28 de janeiro de 2013, a entrega pela Justiça do auto de desocupação marcava o fim da desintrusão da área. Grandes produtores, pequenos agricultores e comerciantes foram definitivamente retirados da terra indígena Xavante. Antes disso, eles entraram com várias ações e questionamentos judiciais para tentar adiar a saída da área.

Agora, dois anos depois da desocupação definitiva, o cacique Paritzané, mais conhecido como Damião Xavante, conta que os índios estão bem e tranquilos, mas encontraram a terra ancestral de 165 mil hectares muito degradada.

“Deixamos a mata fechada. Quando nós voltamos, aí nós encontramos só pastagens, destruição da natureza, tudo acabado. Não tem caça, só pasto. Hoje estamos cuidando pra preservar.”

Seis meses depois da desintrusão, a terra indígena foi invadida duas vezes e novos mandados de desocupação foram expedidos pela Justiça Federal. Em janeiro de 2014, exatamente um ano após a retirada dos não índios, ocorreu uma nova invasão.

O secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário, Cléber Buzatto, ressalta a estratégia xavante de construir mais aldeias, como forma de proteger o território. Hoje, a área conta com cerca de mil xavantes.

“Atualmente os xavante tentam se organizar pra ocupar o total dessa área. A gente sabe que há iniciativas na perspectiva de formar novas aldeias, embora evidentemente, o povo tá vendo as condições mais adequadas porque ainda existem riscos de ocupação do território, algumas ameaças, enfim...”

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), há um plano encaminhado pela associação indígena para a construção de uma nova aldeia com os recursos advindos da venda de um armazém existente na área.

Já os antigos ocupantes que se enquadravam como beneficiários da reforma agrária foram, em parte, atendidos pelo Incra. Cerca de 97 famílias estão no Projeto de Assentamento (PA) Casulo Vida Nova, numa área semiurbana, no município mato-grossense Alto Boa Vista.

CONT.



Quem seguiu para a área, reclama da total falta de estrutura para moradia e desenvolvimento econômico. É o caso de Maria Brasilina Martins de Sousa.

“Essas pessoas hoje é muito triste ver a situação que elas estão vivendo. Sem água, sem luz, o caminhão vai por água uma vez por semana. Não dá pra sobreviver, não dá pra produzir porque a terra é fraca. É varjão e o que não é varjão é um cerradinho bem fraquinho, e o tamanho também: é pouco maior que um lote.”

Sobre a situação do PA Vida Nova, o superintendente do Incra em Mato Grosso, Salvador Soltério, explica que a falta de moradias já não depende mais do Incra, pois agora as famílias se encaixam no projeto Minha Casa Minha Vida Rural.

O Incra conseguiu liberar recursos pra crédito inicial né, em torno de 3 mil e pouco por família. Trabalhamos a questão do ruamento e loteamento, liberamos recursos para encascalhamento das ruas, e o Incra encaminhou todo o processo para a construção das moradias, que se encontra hoje no Banco do Brasil. Além disso o Incra abriu edital na região pra gente adquirir áreas para recepcionar mais cento e poucas famílias.

Na área xavante, o cacique Damião explica que a esperança está nos mais jovens, para que trabalhem e valorizem a terra, pois, segundo ele, não é justo ter a terra e sair para morar na cidade. Ele fala do futuro.

“Queremos produzir! Por isso hoje o povo da aldeia maraiwatsede está trabalhando. E nós vamos plantar mais! É isso que quero. Esse é o futuro do cacique!”

Fonte: Maíra Heinen – EBC.



A brutalidade dos coronéis e as histórias dos Tupinambá

SÍTIO CEDEFES, 29.01.2015

"Bom, o doutor Almeida... ele tinha parte com o diabo." É assim que dona Marluce do Carmo, uma senhora Tupinambá de 58 anos de idade, introduz o coronel mais afamado da região onde se situa a aldeia Serra do Padeiro, na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, que se estende por porções dos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una, no sul da Bahia. Recorrendo às artes ocultas, conta dona Marluce, "doutor" Almeida fez com que uma ponte sobre o rio de Una se construísse sozinha – ela tem nítida diante de si a imagem pavorosa que lhe foi transmitida pelos antepassados, de guindastes movendo-se sem a mão humana, noite adentro.

Referido pelos indígenas como o "dono de Una", Manoel Pereira Almeida foi grande proprietário rural e um dos principais responsáveis pela fixação de não-índios no sul e oeste da Terra Indígena. Entre 1919 e 1937, esteve à frente da administração de Una – exceto por um breve intervalo, devido à Revolução de 1930 –, mantendo influência política no município até a década de 1960. Morreu, diz-se, quando um inimigo político determinou o corte de um pau-ferro, árvore que se erguia no centro da cidade e na qual sua vida fora "colocada", a seu pedido, por um curandeiro.

"Olha, essa beira de rio aqui sempre foi nossa, dos nossos antepassados, nosso tataravô, dos nossos antepassados", conta dona Marluce, diante de sua casa, junto ao rio de Una.

"Eu nasci e me criei aqui. Esse rio aqui é o rio que lavou minhas fraldas e de todos esses que estão aí." À beira do mesmo rio, ergue-se ainda hoje o opulento casarão de Almeida. "Eu conheci gente ligada ao filho desse doutor Almeida. A casa em que ele morava... ninguém não podia nem chegar, porque morava o demônio dentro lá também – da casa dele, entendeu? Então, o homem era esquisito. Além de ter se coligado com os demais, para mandar acabar com os nossos antepassados também. Tios meus morreram de tanto apanhar. Era ele, esse doutor Almeida, e outro coronel de Ilhéus também, que eram ligados às matanças com a gente, com nossos antepassados. É por isso que sempre eu falo: até hoje ainda existe a maldição por lá."

Almeida não é exceção. Nas falas dos Tupinambá, coronéis do tempo do cacau e outros pretensos proprietários de terras comumente aparecem como figuras brutais, associadas a pactos diabólicos e a assombrações. No hospital de Buerarema (hoje desativado), instalado na casa onde viveu um poderoso local, Eurico Susart de Carvalho, ruídos fantasmagóricos são ouvidos à noite. Dona Marluce recorda:

"Eurico Suzart também tinha parte com o coisa-ruim. Um dia, o vaqueiro dele de confiança, quando chegou na manga, viu que um boi preto engoliu esse Eurico e cagou. Aí Eurico disse para ele não contar para ninguém, que era um segredo, era para ele morrer com aquilo. Era

CONT.



coisa do pacto [diabólico]. Quando ele morreu, quem pegou no caixão diz que lá dentro não tinha corpo: era um toro de bananeira”.

No marco da brutal expropriação sofrida pelos indígenas, narrativas como essas se multiplicaram. Invadido, o território tupinambá recobriu-se de pedras de tocaia (atrás das quais se postavam matadores de índios), covas na mata (onde foram parar alguns dos indígenas que se recusaram a entregar seus sítios) e peixes grandes comedores de gente (que se fartavam quando corpos eram lançados nas represas a mando dos coronéis). Porém, nas últimas décadas – após um longo período de resistência mais ou menos silenciosa, em que a história tupinambá morava nas memórias dos velhos –, esse povo vêm se dedicando a curar a terra da sombra dos invasores.

Em 2004, após intensa pressão, o Estado brasileiro iniciou o processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. No mesmo ano, os indígenas iniciaram a recuperação efetiva de seu território, retomando fazendas em posse de não índios, limpando as nascentes, replantando roças, reocupando velhas casas abandonadas e adentrando novamente as moradas dos encantados – entidades não humanas que, conforme a cosmologia tupinambá, são os verdadeiros donos da terra. Só na aldeia Serra do Padeiro, cerca de 70 fazendas foram retomadas desde então e, a despeito de violentas ações de reintegração de posse, os indígenas continuam em posse de todas.

Dona Marluce participa das retomadas desde o início. “Nós não somos ladrões: nós estamos lutando pelo que é nosso. Que a terra é nossa, sempre foi nossa. Os nossos pais que morreram, lutando para ela ser nossa, e não conseguiram... Mas nós, que somos os netos, os bisnetos, os tataranetos... agora chegou a nossa vez!”

Fonte: Daniela Alarcon, no Planeta Osasco.

Indígenas Tupinambá iniciam transmissão de rádio

SÍTIO JORNAL DA MÍDIA, 29.01.2015



A Rádio Tupinambá vai fortalecer a rede de rádios e a comunicação indígena junto com a Rádio Kiriri, a Rádio Pataxó Hãhãhãe (Foto: Divulgação)

A comunicação indígena dos Tupinambá agora é facilitada pela rádio, que torna mais próximas as aldeias espalhadas pelo território. Os Tupinambá ficam na região de Mata Atlântica, no sul da Bahia. A terra indígena, ao norte da cidade de Ilhéus, se estende da costa marítima da vila de Olivença até a Serra das Trempes e Serra do Padeiro.

"A rádio vai facilitar a comunicação entre as comunidades da praia e da Serra", diz a cacique Valdelice Tupinambá. A cacique lembra que no território não há sinal de celular ou internet, e com presença da rádio será mais fácil a comunicação com os parentes indígenas, avisando sobre reuniões e questões ligadas à saúde e educação indígena.

As oficinas de formação do projeto "Rádio Tupinambá" aconteceram entre os dias 19 e 24 de

CONT.



janeiro, na comunidade de Itapuã, onde está montado o transmissor FM e os equipamentos que estão impulsionando o fluxo de comunicação das aldeias Tupinambá do sul da Bahia.

O projeto da Rádio Tupinambá conta com apoio da Assessoria de Culturas Digitais da Secretaria de Cultura da Bahia, e vai realizar, ainda, uma segunda etapa de formação com produção de mais conteúdos radiofônicos informativos, educativos, culturais e de entretenimento que serão transmitidos pelas ondas do rádio no território indígena.

Rede de Rádios Livres

Enquanto aconteciam as oficinas na Rádio Tupinambá, uma outra rádio também surgia no território dos índios Xacriabá, no norte de Minas Gerais. Os Xacriabá enviaram uma mensagem de áudio para os parentes Tupinambá, na Bahia, saudando a rádio. Em seguida, os Tupinambá enviaram outra mensagem, estabelecendo a troca de conteúdos entre as comunidades.

Com a formação da rede de rádios livres, a cultura indígena é também fortalecida. A rede envolve indígenas, quilombolas, assentamentos rurais e surge com o intuito de promover o direito à comunicação nessas comunidades, como ressalta o coordenador do projeto Sérgio Melo.

A Rádio Tupinambá vai fortalecer a rede de rádios e a comunicação indígena junto com a Rádio Kiriri, a Rádio Pataxó Hãhãhãe. A Rádio Tupinambá está contribuindo, através de uma ação prática e direta, com a democratização da comunicação na Bahia e no Brasil, afirmando os indígenas como novos atores nesse cenário de conquista e efetivação de direitos, em especial com o Direito à Comunicação.



União e Funai recorrem contra obrigação de demarcar terras indígenas

SÍTIO CAPITAL NEWS, 29.01.2015

A decisão da Justiça Federal que obriga a União a demarcar, no prazo de 30 dias, terras ocupadas por indígenas em Mato Grosso do Sul, pode ficar somente no papel. Isso porque a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) entraram com um recurso contra a ordem da Justiça. O agravo de instrumento, de 21 de janeiro, está pendente de apreciação no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3).

A AGU alega no relatório do recurso que a União (Ministério da Justiça) não é parte no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) – e nem na ação de execução de obrigação de fazer –, não sendo possível determinar ao ministro da Justiça que promova o pagamento do arrendamento, além de se tratar de uma medida não prevista na ordem jurídico-constitucional vigente.

A decisão foi proferida em 12 de dezembro de 2014 pela 2ª Vara Federal em Dourados. De acordo com o MPF, a decisão é uma forma de executar judicialmente o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com a Fundação Nacional do Índio (Funai) em 2007, pelo qual a Fundação se comprometeu a demarcar as terras indígenas em MS até junho de 2009.

Em 2010, a Funai enviou ao MPF justificativa pelo descumprimento do acordo e apresentou novo cronograma para realizar os procedimentos demarcatórios, destacando que iria providenciar os recursos humanos e materiais necessários. Porém, até o momento, publicou apenas um dos diversos relatórios antropológicos pendentes. Diante do atraso, em 2011 o MPF executou judicialmente o TAC.

O Ministério da Justiça informou que recorrerá da decisão judicial porque não há tempo hábil para a conclusão dos estudos para demarcação de terras indígenas.

Produtores

A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), entidade que representa o setor agropecuário sul-mato-grossense, divulgou uma nota afirmando que não concordou com a decisão da Justiça Federal de determinar que a União conclua em um mês a demarcação de terras indígenas de 26 municípios do estado e indenize as propriedades rurais onde há ocupação de indígenas.

A entidade afirma que não foi consultada sobre a decisão e que as populações indígenas que hoje se encontram em áreas produtivas do centro-sul do Estado não têm direito de ocupar essas terras, pois não estavam lá em 5 de outubro de 1988, como determina a Constituição Federal. "Nós achávamos que essa decisão aparentemente poderia ser boa para os produtores

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 17/ 2015

Brasília, 29 de janeiro de 2015.

e que haveria compensação justa, pois ela reconhece o pagamento de indenização. Mas isso não vai acontecer", afirma Gustavo Passarelli, advogado da Famasul.

As 26 cidades onde há terras passíveis de demarcação indígena somam 12 milhões de hectares e, segundo levantamento da Famasul, estão inseridas nos principais polos agropecuários do Estado, como Maracaju, Dourados, Douradina e Ponta Porã, por exemplo. Ainda de acordo com a entidade, estariam em jogo indenizações que somam aproximadamente R\$ 4,5 bilhões.

Fonte: Luana Rodrigues - Capital News.

Projeto inovador é elaborado para sediar os Jogos Mundiais Indígenas

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 29.01.2015

Palmas deve receber participantes de 22 etnias brasileiras e 20 estrangeiras entre os dias 18 e 27 de setembro



Palmas será sede da primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas (Foto: Antônio Gonçalves/PMP Fotografia)

Raias olímpicas, arena esportiva, museu e aldeia global são algumas das obras previstas para a realização da primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas. Palmas será a cidade sede do evento e divulgou o projeto que mostra construções ousadas para a recepção dos participantes e visitantes.

A previsão é de que cerca de 22 etnias brasileiras, além de indígenas de mais de 20 países. Cada país e etnia brasileira poderá inscrever até 50 participantes, totalizando 2.200. Os jogos serão entre os dias 18 e 27 de setembro com a disputa de 11 modalidades. Três dias antes do evento, todas as etnias brasileiras e estrangeiras participarão de uma excursão pelos pontos turísticos de Palmas.

A Secretaria Extraordinária dos Jogos Indígenas, comandada por Hector Franco, é a pasta responsável pela realização dos jogos. Junto com a Fundação Municipal de Esportes e Lazer o secretário tem buscado parcerias e recursos para a realização do evento, mas ainda não estipularam um prazo para o início das obras. Até o momento apenas o estádio Nilton Santos

CONT.



começou a receber os primeiros reparos para o evento. Confira a estrutura planejada para os jogos:

Grande Arena

Instalada dentro da Vila Olímpica, a grande arena será palco de grande parte das atividades desenvolvidas durante os Jogos Mundiais Indígenas e abrigará a disputa dos Jogos Tradicionais Demonstrativos (Jogos Verdes) e da modalidade de atletismo dos Jogos Ocidentais.

Estádio Nilton Santos

Localizado próximo à grande arena e com a capacidade para 12 mil torcedores, o Estádio Nilton Santos será o palco da disputa da modalidade de futebol.

Raia Olímpica

A raia olímpica será instalada no Ribeirão Taquaruçu e abrigará as modalidades de natação e canoagem durante a realização dos jogos e é um dos aparelhos esportivos que será legado para a cidade de Palmas e todo o país.

Centro de Iniciação ao Esporte

Aparelho destinado pelo Ministério do Esporte à cidade de Palmas como parte do legado das Olimpíadas de 2016 será instalado na capital e abrigará a realização do Fórum Social Indígena e demais debates da comunidade indígena internacional.

Aldeia Global

Com capacidade para abrigar as etnias nacionais, a aldeia contará com 22 ocas para dormitório, uma oca de apoio e oca central destinada aos rituais tradicionais. O acesso ao local é restrito aos participantes dos jogos e equipes de apoio.

Oca Digital

Na oca digital, os participantes e visitantes dos jogos encontrarão 50 computadores com acesso à internet, para poder ler notícias, acessar redes sociais e compartilhar com o mundo, em tempo real, tudo que acontece em Palmas.

Museu

Instalado sob a ponte do Ribeirão Taquaruçu, o museu terá uma passarela de acesso para ciclistas e pedestres que dará acesso da região sul para a norte, direcionando para a Vila Olímpica.

Produtores rurais não querem receber aluguel por áreas invadidas no Mato Grosso do Sul

SÍTIO O CORREIO NEWS, 29.01.2015



foto ilustrativa

Para o advogado da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), Gustavo Passarelli, a decisão do juiz da 2ª Vara Federal de Dourados, que determinou que a União pague arrendamento aos proprietários das terras invadidas por índios no Mato Grosso do Sul, poderá provocar mais insegurança e intranquilidade nas disputas fundiárias entre produtores e indígenas no estado. Na decisão, o juiz determina ainda o início das ações de demarcações das áreas invadidas como terras indígenas.

“O juiz reconhece que as ocupações são irregulares. Se as ocupações são irregulares o instrumento jurídico para resolvê-las não é o arrendamento de terras sem consultar os produtores, mas sim, o cumprimento das decisões de reintegração de posse que já foram expedidas para a maior parte das cerca de 80 áreas ocupadas que temos no estado”, aponta diz o advogado dos produtores rurais.

CONT.



De acordo com a Famasul, a decisão é também inexecutável. "Como é que pode uma decisão da Justiça em um processo em que as partes são o MPF e a Funai condenar a União, que não faz parte do processo, a fazer o arrendamento de terras de quem também não é parte da ação, que são os produtores rurais", explica Passarelli.

Segundo Passarelli, outro aspecto da decisão judicial que pode gerar mais tensão nas disputas, é que na argumentação o magistrado cita áreas não demarcadas, já ocupadas ou que podem vir a ser ocupadas. "Não sabemos como isso pode ser interpretado pelas comunidades [indígenas]. Ele podem entender como um estímulo a novas invasões, porque as áreas ocupadas vão ser arrendadas. Isso pode trazer mais insegurança jurídica e mais intranquilidade", avalia.

A Famasul pretende entrar com uma representação para que a instituição faça parte do processo, o que deve ocorrer ainda esta semana, e em um segundo momento, após esse ingresso, entrar com um recurso no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3).

O Ministério da Justiça (MJ) também já avisou que recorrerá. Ou seja, o Governo não quer pagar e os produtores rurais não querem receber.

Fonte: Questão Indígena.

Em Brasília, Azambuja tenta destravar negociação de área ocupada por indígenas

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 29.01.2015

O governo federal continua oferecendo R\$ 80 milhões pelas terras em Sidrolândia



Mais de 30 fazendas estão ocupadas por índios terena
(Foto: Paulo Ribas/Correio do Estado)

Para tentar “melhorar” a proposta de indenização do governo federal aos proprietários da área Buriti, ocupada por indígenas, em Sidrolândia (MS) – com negociação parada há cerca de quatro meses –, o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) se reúne hoje (29) com o ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, às 12h, em Brasília. Este mês, a União apresentou uma nova minuta do acordo. Este encontro é importante porque os produtores rurais se sentem “com a corda no pescoço” para aceitar a proposta que prevê o pagamento de cerca de R\$ 80 milhões em precatórios – título do governo – para resgatar em 2016 ou 2017, além de terem de abrir mão de recorrer à Justiça no futuro para receber possíveis prejuízos.

“Estamos resistindo dentro dos limites condicionados pelas normas que eles (governo federal) nos impõe”, enfatizou Ricardo Bacha, um dos proprietários de terra na área, completando que “estão nos forçando a um acordo pelo cansaço. Isso não é acordo, é imposição”. O produtor rural disse que o acordo é prejudicial aos proprietários porque o valor de avaliação apresentado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é de R\$ 80 milhões, enquanto perícia feita pelos donos da terra avaliou em R\$ 152 milhões, e pediram à União a indenização entre R\$130 milhões e R\$150 milhões.

Também existe a exigência da União para que os fazendeiros abram mão de recorrer à Justiça no futuro, possibilitando apenas que aceitem uma nova perícia – desta vez feita pelo poder judiciário –, na qual o valor pode ser revisto. Mas, segundo Bacha, não há garantia de que o valor fique próximo do que estão pedindo. O presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), Chico Maia, disse que o Ministro da Justiça na Mesa de Negociação do Fórum para Demarcação de Terras Indígenas, no ano passado, explicou que a indenização dos produtores só poderia ocorrer no valor estipulado pelo Incra, por isso o impasse continua.

Depois de setembro não houve nova reunião pública dos integrantes da Mesa de Negociação. De acordo com o Ministério da Justiça, este colegiado continua em funcionamento, e a data da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 17/ 2015

Brasília, 29 de janeiro de 2015.

próxima reunião será marcada pelo próprio Ministro, que participa do processo. Também em Brasília, às 14h30min, Reinaldo Azambuja realiza audiência com a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu.

Índios ameaçam enfermeiros no interior de RR por falta de remédios

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 29.01.2015

*Pacientes também sofrem com falta de alimentação, conforme denúncia.
G1 entrou em contato com o Ministério da Saúde e aguarda retorno.*



Posto de atendimento médico não possui estrutura física adequada e conta com poucos medicamentos
(Foto: Arquivo pessoal)

Enfermeiros e servidores da Saúde que atuam na Área Indígena Yanomami, estão sendo ameaçados de morte devido a falta de medicamentos e alimentos, conforme denúncia feita ao G1 nesta quinta-feira (29). Há 10 dias, índios da etnia Yanomami, Xirixana e Xiriana ocupam a sede da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) em Roraima. Além de cobrarem melhorias no serviço de atendimento médico, eles pedem a exoneração da atual coordenadora da Pasta.

De acordo com o denunciante, que não quis se identificar, a crise tem se agravado e a falta de medicamento está causando a morte de alguns indígenas. Além da escassez de medicamentos, ele destacou também a falta de alimentos para os pacientes internados nas unidades de saúde das regiões. "Temos que tirar da nossa própria alimentação para dar para aos índios, pois eles não entendem e nos ameaçam com espingardas, facas e flechas", disse.

CONT.



Na semana passada, no pólo indígena Parima, município de Alto Alegre, uma enfermeira foi ameaçada com uma espingarda por um índio que cobrava remédios, conforme relatou o denunciante. "Estamos correndo risco de vida por conta dessa má administração", declarou.

Em concordância com os indígenas que cobram a saída da coordenadora do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (Dsei-Y), Maria de Jesus do Nascimento, os servidores também garantem que a crise na Saúde é atribuída a má administração do Órgão.

Ainda conforme a denúncia feita ao G1, a coordenadora empossou amigos e conhecidos para cargos na Sesai, entre eles um albergado lotado na Casa de Apoio à Saúde do Índio (Casai), que coagiu outros servidores para benefício próprio. "Os funcionários são coagidos e têm medo de falar por receio de perder o emprego, por isso não se manifestam", relatou.

Outro lado

O G1 tentou contato por telefone com Maria de Jesus do Nascimento, mas não obteve êxito. Além dela, a reportagem contactou com a assessoria de comunicação do Ministério da Saúde (MS) e aguarda retorno.



Justiça autoriza andamento das obras da Hidrelétrica São Manoel

SÍTIO PORTAL EBC, 29.01.2015

Michelle Moreira

Pela sexta vez, a Justiça Federal suspendeu liminar que paralisa as obras da Hidrelétrica São Manoel, no Rio Teles Pires. Ela fica na divisa do Pará com o Mato Grosso. A partir desta decisão, as obras na hidrelétrica podem seguir.

A construção fica a menos de um quilômetro das terras da comunidade indígena Kaiabí. Mais ao norte, também serão afetados os índios da etnia Munduruku.

A ação foi proposta pelo Ministério Público Federal com a alegação de que o governo não cumpriu mais de 50% das medidas necessárias para diminuir os impactos da obra.

Entre as ações que não foram realizadas estão o estudo sobre a possível extinção dos peixes consumidos pelos índios e o impacto da presença dos trabalhadores da obra para as comunidades indígenas.

O procurador da República no Pará, Felício Pontes, afirma que a construção da hidrelétrica conta com outras irregularidades.

De acordo com o procurador, o Ministério Público aguarda decisão de outras duas ações que correm nos tribunais de Cuiabá e Belém.

A União alega que a suspensão das obras poderia gerar uma situação de grave lesão à ordem e à economia, prejudicando o Sistema Elétrico Nacional e a população que será beneficiada com a instalação da usina.

Ao analisar o caso, o desembargador do Tribunal Regional Federal em Brasília, Cândido Ribeiro, destacou que a decisão de suspender a liminar e permitir o andamento das obras em São Manoel foi baseada em resolução antiga sobre o tema.

Como não houve fato novo, ele entende que a liminar fere a ordem pública uma vez que tira da administração pública a competência de conceder licença de instalações iniciais específicas.

A Hidrelétrica São Manoel faz parte do PAC 2, o Programa de Aceleração do Crescimento.

Orçada em mais de dois bilhões de reais a expectativa é de que a usina gere energia suficiente para atender uma população de cerca de 2 milhões e meio de pessoas e de abastecer uma cidade do porte de Belo Horizonte.

A reportagem entrou em contato com a assessoria do Ibama, que ficou de responder aos questionamentos encaminhados, mas até o fechamento desta edição não teve retorno.

Governador se reúne em Brasília com Cardozo e busca acordo para indenizar produtores

SÍTIO MS NOTÍCIAS, 29.01.2015

Encontro com ministro da justiça tem como objetivo acelerar processo de demarcação de áreas indígenas

O governador Reinaldo Azambuja (PSDB) cumpre hoje agenda em Brasília onde se encontra com os ministros Kátia Abreu, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com José Eduardo Cardozo, da Justiça.

O dia de reuniões é voltado para discutir assuntos pertinentes ao setor rural, como investimentos nas cadeias produtivas do Estado e indenização dos produtores rurais para posteiro demarcação de terras indígenas.

Na semana passada, Reinaldo havia antecipado que pretende voltar de Brasília com "boas notícias" em relação à terra indígena Buriti, hoje ocupada pela Fazenda Buriti no município de Sidrolândia, distante 70 km de Campo Grande.



Governador Reinaldo Azambuja
Foto por: Chico Ribeiro

A última proposta de indenização da União foi de R\$ 80 milhões. No entanto, os produtores da região contestam o valor e pedem no mínimo R\$ 130. havia sido cogitado no final de 2014 que a União pagasse os R\$ 80 milhões e o restante fosse cobrado na justiça, mas até hoje nada foi resolvido.

Além de reunião com Cardozo, que acontece às 12h. Reinaldo se reúne pela manhã com vice-presidente da Vice-Presidência Corporativa da Caixa, Hermínio Basso, e às 14h30 com a ministra Kátia Abreu.

Os secretários de Estado de Governo e Gestão Estratégica Eduardo Riedel, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico Jaime Verruck, e de Justiça e Segurança Pública Silvio Maluf, acompanham o governador durante as agendas.



Defesa Civil Estadual apóia famílias ribeirinhas em Porto Velho

SÍTIO RONDÔNIA DIRETA, 29.01.2015

Oito bombeiros militares e caminhões da corporação auxiliam na retirada das famílias desalojadas pela cheia do rio Madeira.

Ao prestar a informação, hoje (29), ao programa Bom dia Amazônia (Rede Amazônica de Televisão), o comandante do Corpo de Bombeiros e coordenador da Defesa Civil do Estado, coronel PM Lioberto Caetano, afirmou que o governo estadual tem apoiado ações da Defesa Civil do Município de Porto Velho. Segundo o comandante Caetano, projeções feitas em Porto Velho por órgãos especializados mostram que este ano não haverá enchente nas proporções do ano passado. "Nos preparamos um pouco melhor para lidar com esta questão, caso necessário. Neste momento a nossa função é de apoio à Defesa Civil do município", ressaltou. A retirada de algumas famílias está acontecendo no bairro Nacional, no Beco do Gravatá. "Essas famílias foram atingidas com a cheia do ano passado e mesmo sem autorização das autoridades competentes elas retornaram para suas casas e foram atingidas novamente, o que já era esperado", disse o coronel.

Segundo ele, o governo estadual auxilia no transporte das famílias para casas de parentes e, a respeito disso, existe entendimento entre o Ministério Público Estadual, Governo do Estado e Prefeitura da Capital. "Se por acaso houver famílias desabrigadas, elas não serão alojadas em escolas da rede pública estadual ou municipal, para não causar prejuízo ao ano letivo".

Caetano disse que é remota a possibilidade de haver outra enchente na proporção da ocorrida no ano passado. Na manhã desta quarta-feira, o nível do rio Madeira estava em 15,32 metros. No mesmo dia do ano passado, alcançava 15,27 metros, ou seja, este ano está cinco centímetros a mais. No entanto, no final do mesmo dia, naquele ano, já havia baixado 30 cm, ficando em 15,02 m, "bem abaixo se comparado ao ano anterior". Às 7h15 desta quinta-feira, o nível do rio Madeira estava em 15,19 m.

Também no Bom Dia Amazônia, a coordenadora de Operações do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), Ana Cristina Strava, garantiu que ainda não há indicativos de que ocorrerá enchente em proporções semelhantes às de 2014. Segundo ele, o monitoramento prevê chuva na região Sul da Bolívia e na bacia do rio Beni.

"Prevê-se para os próximos sete dias que o nível do Madeira não ultrapasse os 17,6 m. Quando chove na bacia do Beni, o volume de água alcança rapidamente o nível do rio em Porto Velho", explicou Ana Cristina.

Mais: "Quando chove nas bacias dos rios Mamoré e Guaporé, a água escorre mais lenta, e quando chega a Porto Velho o reflexo é menor".

Ainda conforme análise da coordenadora, por uma série de fatores a enchente do ano passado



Boletim de Notícias - Edição nº 17/ 2015

Brasília, 29 de janeiro de 2015.

reflete na cheia deste ano. Exemplificou: o assoreamento do leito do rio Madeira e a formação de ilhas que ainda continuam cheias. “Tudo isso impede a passagem da água e reflete na cheia que está acontecendo”.

Munduruku abrem o ano de luta em Brasília

SÍTIO CIMI, 29.01.2015



Depois de quatro ou cinco dias de ônibus e voadeira, uma delegação de 30 lideranças do povo Munduruku, chegou a Brasília nessa quarta-feira (28), com pés inchados, corpo dolorido e muita disposição para lutar pelos direitos de seu povo e de todos os povos indígenas no Brasil.

Querem conversar com o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) e com o ministro Miguel Rossetto, da Secretaria Geral da Presidência da República, exigindo uma resposta concreta com relação a seus direitos básicos, às terras, aos recursos hídricos e tudo que pretende ameaçar seus direitos, sua autonomia e seus recursos naturais.

Querem saber o que efetivamente o governo irá fazer para impedir retrocessos como a aprovação da PEC 215, o PL 1610 e outros tantos projetos ameaçadores à vida dos povos originários deste país. Essas e outras questões mais específicas relacionadas à construção de hidrelétricas em território Munduruku, no médio e alto Tapajós.

O governo precisa nos ouvir

Dentre os vários assuntos que irão debater e obter respostas e compromissos está a questão da relação do Estado Brasileiro com o povo Munduruku. Questionam a forma autoritária e má fé com que o governo diz ter consultado o povo para a construção de hidrelétricas, especialmente a de São Luiz do Tapajós, forjando posicionamentos favoráveis e dividindo o povo. Em função dessa atitude política maldosa e perversa, os Munduruku se reuniram por diversas vezes no ano passado, e em dezembro aprovaram o "Protocolo de Consulta Munduruku".

No documento, exigem do governo a demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu, antes de iniciar a consulta prévia sobre os empreendimentos hidrelétricos "sabemos que o relatório está pronto e que a demarcação não ocorre por conta da hidrelétrica." E demonstrando firmeza, clareza e estratégia política, exigem que os outros povos indígenas e os ribeirinhos também sejam ouvidos, de modo adequado e específico à realidade deles.

CONT.



Colocam com muita clareza que devem ser ouvidos amplamente as 130 aldeias, os caciques, os guerreiros e guerreiras. Devem ainda ser consultadas as mulheres (que são pajés, parteiras e artesãs), os professores e agentes de saúde. "As decisões do povo Munduruku são coletivas".

Colocam suas exigências sobre como deve ser o processo de consulta: "O governo não pode nos consultar apenas quando já tiver tomado uma decisão. A consulta deve ser antes de tudo". E descrevem como querem que sejam as consultas "Eles têm que viver com a gente, comer o que a gente come. Eles têm que ouvir a nossa conversa. O governo não precisa ter medo de nós. Se ele quer propor algo que vai afetar nossas vidas, que ele venha até nossa casa. Não aceitaremos conversar com assessores, queremos ser consultados por quem tem poder de decisão". A isso acrescentam que as reuniões devem ser feitas em seu território, na língua Munduruku e coordenadas pelos líderes de seu povo. Descrevem como devem ser as reuniões. "Reunião para fazer acordo sobre o plano de consulta. Reunião informativa, quando o governo deve reunir o nosso povo de aldeia em aldeia. Reuniões internas, necessárias para discutir entre nós a proposta do governo, com tantas reuniões quantas forem necessárias para que o povo Munduruku possa informar-se completamente. Reunião de negociação, quando tivermos discutido com o nosso povo e tivermos uma resposta a dar ao governo".

Terminam o documento dizendo que "nossa decisão deve ser coletiva... nós esperamos que o governo aceite nossa decisão. Nós temos poder de veto, Sawe"

Educação e saúde como nós queremos

Em debate na Funai nesta quinta-feira (29), ressaltaram que não abrem mão de ter uma escola diferenciada conforme a vontade do povo. Que as escolas profissionalizantes, de nível médio, funcionem efetivamente e que as atividades se dêem nas aldeias, e não nas cidades da região.

Na discussão sobre uma possível Universidade Intercultural do Tapajós, foi sugerido o intercâmbio com experiências nessa perspectiva já em curso no país e a criação de um Instituto que viabilize um processo nas perspectivas desejadas.

Quanto aos diversos problemas e desafios que enfrentam no dia a dia nas aldeias foram sugeridos alguns encaminhamentos.

Egon Heck.
Cimi Secretariado.
Brasília, 29 de janeiro de 2015.



Geraldo Resende viabiliza patrulha mecanizada para Reserva Indígena

SÍTIO AGORA MS, 29.01.2015

Equipamentos, já entregues ao Município, serão disponibilizados nos próximos dias para a comunidade, a pedido do vereador Aguilera

A Prefeitura de Dourados recebeu, na tarde de terça-feira (27), as máquinas que compõem uma patrulha mecanizada que será entregue nos próximos dias para a comunidade indígena douradense. O conjunto é composto de duas encanteradeiras, três grades aradoras com controle remoto, uma plantadeira de mandioca, uma roçadeira hidráulica e três tratores agrícolas.

Os equipamentos foram viabilizados por meio de uma emenda individual de R\$ 487 mil do deputado federal Geraldo Resende ao Orçamento Geral da União/2013, atendendo pedido da Câmara de Vereadores e da Coordenadoria de Assuntos Indígenas da Prefeitura de Dourados, por meio de interlocução feita pelo vereador Aguilera de Souza.

A indicação dos recursos foi feita por Geraldo Resende em dezembro de 2013. Após várias tratativas, o parlamentar assegurou o empenho (garantia de pagamento por parte do governo federal) dos recursos em 27 de dezembro de 2013. O pagamento da União para a Prefeitura ocorreu em 10 de junho de 2014.

Os maquinários serão destinados para mil famílias da Agricultura Familiar da Reserva de Dourados. O objetivo é ajudar no preparo da terra das famílias indígenas que estão plantando mandioca, milho e outras culturas de subsistência. "É uma forma de fomentar o desenvolvimento das lavouras", destaca o vereador Aguilera de Souza.

Para Geraldo Resende, a patrulha mecanizada é um suporte a mais de infraestrutura para auxiliar a comunidade na produção do próprio alimento. "Vemos hoje milhares de famílias dependendo de cestas básicas do poder público. Muitas delas acabam antes do final do mês, o que prejudica em muito a saúde, principalmente das crianças, que no passado já registraram casos gravíssimos de desnutrição".

Segundo o parlamentar, com a produção do próprio alimento, as famílias indígenas terão condições de melhorar a cesta básica. "Esta iniciativa é muito mais do que dar o peixe, é ensinar a pescar", destaca.

Geraldo destaca a luta do vereador Aguilera e dos membros da Coordenadoria de Assuntos Indígenas da Prefeitura de Dourados, entre eles os indígenas Vilmar Martins Machado, Josias Aedo Marques, Leomar M. Silva, Lucas Paiva Flores, Wilson Matos da Silva, Ricardo Machado, Sívio de Leão, Cajetano Verá, Galdêncio Benites, Deniz Silva Figueiredo, Gerson de Souza e Carolina Resende.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 17/ 2015

Brasília, 29 de janeiro de 2015.

O deputado afirma que a luta pela conquista da patrulha mecanizada para a Reserva Indígena de Dourados é mais uma demonstração do compromisso de seu mandato para com as causas indígenas. "Já demonstramos isso com a viabilização da Vila Olímpica Indígena, da reconstrução da Escola Guateka, a implantação da quadra de esportes e ampliação da mesma escola, e implantação de salas para cursos profissionalizantes. São ações que buscam criar alternativas ao alcoolismo, ao uso de drogas e à prostituição, que, infelizmente, têm índices elevados nas aldeias de nossa cidade".



Tupinambá - O Retorno da Terra

SÍTIO CPT NACIONAL, 29.01.2015



Esse Projeto de financiamento coletivo propõe a realização de um documentário de curta-metragem sobre a luta do povo indígena Tupinambá, que habita o sul da Bahia (Brasil), para a recuperação do território que tradicionalmente ocupa. Os indígenas aguardam há dez anos a conclusão do processo de demarcação de sua terra e vêm tendo seus direitos sistematicamente violados, tanto pelo Estado brasileiro, como por indivíduos e grupos contrários à regularização de seu território.

Para colaborar, acesse: <http://catarse.me/pt/tupinamba>

Só o cacique Babau (Rosivaldo Ferreira da Silva), da aldeia Serra do Padeiro, já foi encarcerado três vezes, no marco de um agudo processo de criminalização de lideranças; desde 2010, ele é assistido por um programa de proteção de defensores de direitos humanos, em razão de ameaças de morte.

Reunindo depoimentos de indígenas e sequências gravadas em maio de 2014 na aldeia Serra do Padeiro, no interior da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, assim como imagens de arquivo, o documentário focalizará a disputa fundiária em curso, recuperando elementos da história de expropriação e resistência dos Tupinambá, que se entrelaça ao avanço da fronteira agrícola, a partir do final do século 19, e à ascensão dos coronéis de cacau.

Com o filme, pretendemos dar visibilidade ao conflito e contribuir para pressionar o Estado brasileiro para que conclua, com urgência, o processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, garantindo os direitos de índios e não índios. Vamos inscrevê-lo em festivais e enviá-lo para canais de televisão, além de deixá-lo disponível na internet. Saiba

Detalhamento do projeto

A edição do documentário já está em andamento -- na primeira etapa, contamos com o apoio da Repórter Brasil. O apoio obtido por meio do financiamento coletivo no Catarse será crucial para a finalização do projeto.

O que temos? O roteiro, as gravações e a pesquisa de imagens de arquivo foram concluídos. | Seleccionamos os depoimentos e montamos um primeiro "esqueleto" do documentário, com 25' de duração.

CONT.



O que falta? Concluir o processo de edição. | Lançar o filme na aldeia Serra do Padeiro e exibi-lo em outras localidades da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. | Inscrever o filme em festivais, enviá-lo para canais de televisão e promover exposições e debates em outros espaços.

Orçamento Os custos de gravação (equipamentos, bilhetes aéreos, deslocamento terrestre, hospedagem e alimentação) foram pagos pela Repórter Brasil, que foi nossa parceira na primeira etapa e contribuirá para dar visibilidade ao documentário. | O dinheiro arrecadado pelo Catarse será empregado para custear roteiro, pesquisa, direção, fotografia, som direto, edição, trilha sonora, arte, legendagem, produção de cópias em DVD e HDCam digital, despesas de envio para festivais e canais de TV, e despesas para lançamento do filme na Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

Valores Pesquisa e roteiro: 4.000 | Captação: 4.000 | Direção: 6.000 | Montagem: 6.000 | Trilha sonora: 6.000 | Arte: 1.500 | Legendagem (inglês, espanhol, francês e alemão): 4.500 | Cópias DVD/HDCam e distribuição: 1.000 | Custos para exibição na Terra Indígena: 2.000 | Recompensas aos apoiadores: 500 | Taxa do Catarse: 5.305 (13%) | Total = 40.805

Equipe

Daniela Fernandes Alarcon Antropóloga, com bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo (Universidade de São Paulo) e mestrado em Ciências Sociais (Universidade de Brasília). Tem experiência de pesquisa no sul da Bahia (junto ao povo Tupinambá, desde 2010) e no oeste do Pará, sempre com povos indígenas e comunidades tradicionais. Organizou um livro sobre os impactos socioambientais do complexo hidrelétrico do Tapajós, que está prestes a ser publicado, pela International Rivers. Recentemente, foi aprovada na seleção para o doutorado em Antropologia Social (Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Fernanda de Paiva Ligabue Cinegrafista e documentarista, com bacharelado em Imagem e Som (Universidade Federal de São Carlos). Trabalhou como pesquisadora na O2 Filmes e como realizadora audiovisual e diretora de fotografia na produtora Filmes para Bailar. Integrou a equipe de vídeo do Teatro Oficina, onde atuou como videomaker. Em 2013, dirigiu o webdoc "Tapajós em Transe", para a agência de jornalismo A Pública. Atualmente, trabalha como cinegrafista freelancer para diversos projetos independentes, como o estúdio de jornalismo Fluxo, onde colabora com as criações audiovisuais de streamings, webdocs e vídeo jornalismo.

[Clique aqui](#) para saber mais sobre o caso tupinambá.